

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

THAYSE MACHADO

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SOCIEDADE:
UMA RELAÇÃO MARCADA POR PRECONCEITO E ESTIGMA**

FLORIANÓPOLIS/SC

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

THAYSE MACHADO

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SOCIEDADE:
UMA RELAÇÃO MARCADA POR PRECONCEITO E ESTIGMA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento.

FLORIANÓPOLIS/SC

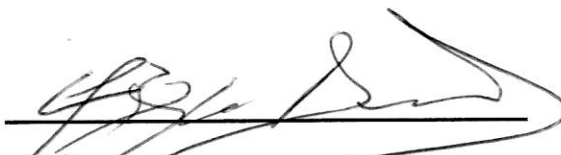
2014

THAYSE MACHADO


**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SOCIEDADE:
UMA RELAÇÃO MARCADA POR PRECONCEITO E ESTIGMA**

Trabalho de conclusão de Curso - TCC, apresentado junto ao Departamento de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção de título Acadêmico de Bacharel em Serviço Social.

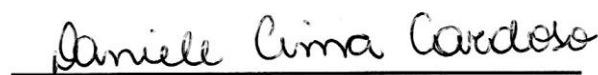
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento
Presidente



Prof. Me. Cleide Gessele
1ª Examinadora



Prof. Me. Daniele Cima Cardoso
2ª Examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre estiveram presentes nesta trajetória, apoiando-me em cada fase de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado sabedoria, saúde e força para superar os obstáculos.

A minha mãe, mãezinha, por todo o apoio, segurança e amor que dedicou a mim. Por ser essa mulher que exala alegria e que me inspira a seguir em frente. Obrigada por ser minha, e por fazer parte da minha vida de forma tão peculiar. És meu exemplo! Esse trabalho não teria êxito, se você não estivesse ao meu lado.

Ao meu pai, por todas as cobranças e repreensões. Obrigada por existir, por ser meu pai, meu amigo, por ser tão você e tão sensível por trás das broncas e demonstrações de humor. Você é maravilhoso e tem a forma mais particular de demonstrar amor, companheirismo. Sou grata por todo aprendizado que tive ao seu lado.

Aos dois, por serem meus pais e por compartilharem suas vidas comigo. Um casal admirável que tenho imenso orgulho. VOCÊS SÃO MEU PORTO SEGURO!

Ao meu parceiro, companheiro e admirável namorado. Que mesmo com todas as contradições e teimosias, me faz tão feliz. Obrigada por toda a paciência e confiança dedicada a mim nesses quatro anos. Pela parceria, amizade, companheirismo e AMOR. Eu te amo!

A minha família toda, pela preocupação, apoio e incentivo!

Ao meu orientador professor Helder, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A minha querida professora e mestre Cleide, que prontamente aceitou meu convite para fazer parte da banca e que, além disso, me apoiou e auxiliou na elaboração deste trabalho. Admiro seu imenso conhecimento e agradeço por ter dividido comigo.

A professora Daniele, por ter aceitado de prontidão, fazer parte da minha banca.

A minha queridíssima supervisora de estágio, Fernanda, por sempre me incentivar e dividir seus saberes. Foi uma honra tê-la como supervisora.

Aos meus queridos e amáveis amigos que fiz nesta universidade e que dividiram comigo, a apreensão de elaborar uma monografia.

Ao meu parceiro e amigo Dyogo, que desde o início, esteve comigo nessa luta. Acompanhou-me em todos os momentos e me faz dar as mais longas gargalhadas.

A minha amiga linda, Aline, por dividir comigo, seu imenso conhecimento, tornando-me mais crítica. Por rir das mesmas coisas e escutar minhas lamentações. Conhecer você, foi um presente.

A minha querida e nova amiga e assistente social Bruna, por também, me auxiliar na construção deste trabalho.

A minha excepcional amiga Andrielen, pelas discussões e parcerias. Mesmo com um jeito particular de demonstrar amor e com nossas diferenças, nunca me abandonou.

A querida Carol, que sempre me auxiliou nas tarefas do curso.

A minha prima Rosi, que mesmo de longe, participou da elaboração deste trabalho, auxiliando nas correções e dando aquela “forcinha”. Você é ótima.

A equipe da Secretaria de Assistência Social de São José, e da Casa de Acolhimento, por compartilharem seus conhecimentos e por me acolher tão bem.

A toda população em situação de rua, que luta cotidianamente. Obrigada por dividirem comigo suas histórias de vida, anseios e dificuldades, permitindo uma aproximação com essa realidade. Obrigada também, por me ensinarem tantas coisas.

A todos, que de alguma forma, contribuíram e fizeram parte da minha formação, me incentivando a seguir em frente. Muito obrigada!!!

“Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo
Quando pivete, meu sonho era ser jogador de futebol,
Vai vendo
Mas o sistema limita nossa vida de tal forma
Que tive que fazer minha escolha, sonhar ou sobreviver
Os anos se passaram e eu fui me esquivando do ciclo vicioso
Porém, o capitalismo me obrigou a ser bem sucedido
Acredito que o sonho de todo pobre é ser rico
Em busca do meu sonho de consumo
Procurei dar uma solução rápida e fácil pros meus problemas:
O crime
Mas é um dinheiro amaldiçoado
Quanto mais eu ganhava, mais eu gastava
Logo fui cobrado pela lei da natureza, vish
14 anos de reclusão
Barato é loco, barato é loco.
É necessário sempre acreditar que o sonho é possível
Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível
Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase
E o sofrimento alimenta mais a sua coragem
Que a sua família precisa de você
Lado a lado se ganhar pra te apoiar se perder
Falo do amor entre homem, filho e mulher
A única verdade universal que mantém a fé
Olhe as crianças que é o futuro e a esperança
Que ainda não conhecem, não sentem o que é ódio e ganância
Eu vejo o rico que teme perder a fortuna
Enquanto o mano desempregado, viciado, se afunda
Falo do enfermo, irmão, falo do são, então
Falo da rua que pra esse louco mundão
Que o caminho da cura pode ser a doença
Que o caminho do perdão às vezes é a sentença
Desavença, treta e falsa união
A ambição como um véu que cega os irmãos
Que nem um carro guiado na estrada da vida
Sem farol no deserto das trevas perdidas
Eu fui orgia, ego louco, mas hoje ando sóbrio
Guardo o revólver quando você me fala em ódio
Eu vejo o corpo, a mente, a alma, o espírito
Ouço o refém e o que diz lá no canto lírico
Falo do cérebro e do coração

Vejo egoísmo, preconceito de irmão pra irmão
A vida não é o problema, é batalha, é desafio
Cada obstáculo é uma lição, eu anuncio
É isso aí, você não pode parar
Esperar o tempo ruim vir te abraçar
Acreditar que sonhar sempre é preciso
É o que mantém os irmãos vivos
Várias famílias, vários barracos, uma mina grávida
E o mano tá lá trancafiado
Ele sonha na direta com a liberdade
Ele sonha em um dia voltar pra rua longe da maldade
Na cidade grande é assim
Você espera tempo bom e o que vem é só tempo ruim
No esporte, no boxe ou no futebol
Alguém sonhando com uma medalha o seu lugar ao sol,
Porém, fazer o que se o maluco não estudou
500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou
"desesperô aí, cena do louco
Invadiu o mercado farinhado armado e mais um pouco"
Isso é reflexo da nossa atualidade
Esse é o espelho derradeiro da realidade
Não é areia, conversa, xaveco
Porque o sonho de vários na quebrada é abrir um boteco
Ser empresário não dá, estudar nem pensar
Tem que tramar ou ripar pra os irmãos sustentar
Ser criminoso aqui é bem mais prático

Rápido, sádico, ou simplesmente esquema tático
Será instinto ou consciência
Viver entre o sonho e a merda da sobrevivência
"O aprendizado foi duro
E mesmo diante desse revés não parei de sonhar
Fui persistente, porque o fraco não alcança a meta
Através do rap corri atrás do preju
E pude realizar meu sonho
Por isso que eu, Afro-X, nunca deixo de sonhar"
Conheci o paraíso e eu conheço o inferno
Vi Jesus de calça bege e o diabo vestido de terno
Mundo moderno, as pessoas não se falam
Ao contrário, se calam, se pisam, se traem, se matam
Embaralho as cartas da inveja e da traição
Copa, ouro e uma espada na mão
O que é bom é pra si e o que sobra é do outro
Que nem o sol que aquece, mas também apodrece o
esgoto. É muito louco olhar as pessoas
A atitude do mal influencia a minoria boa
Morrer à toa, que mais? Matar à toa, que mais?
Ser presa à toa, sonhando com uma fita boa
A vida voa e o futuro pega
Quem se firmô, falô
Quem não ganhou, o jogo entrega
Mais uma queda em 15 milhões
Na mais rica metrópole, suas várias contradições
É incontável, inaceitável, implacável, inevitável
Ver o lado miserável se sujeitando com migalhas,
favores. Se esquivando entre noite de medo e horrores
Qual é a fita, a treta, a cena?
A gente reza, foge, continua sempre os mesmo
problemas. Mulher e dinheiro tá sempre envolvido
Vaidade, ambição, munição pra criar inimigo
Desde o povo antigo foi sempre assim
Quem não se lembra que Abel foi morto por Caim
Enfim, quero vencer sem pilantrar com ninguém
Quero dinheiro sem pisar na cabeça de alguém
O certo é certo na guerra ou na paz
Se for um sonho não me acorde nunca mais
Roleta russa, quanto custa engatilhar?
Eu pago o dobro pra você em mim acreditar

É isso aí você não pode parar
Esperar o tempo ruim vir te abraçar
Acreditar que sonhar sempre é preciso
É o que mantém os irmãos vivos
Geralmente quando os problemas aparecem
A gente está desprevenido né, não? Errado!
É você que perdeu o controle da situação
Perdeu a capacidade de controlar os desafios
Principalmente quando a gente foge das lição
Que a vida coloca na nossa frente assim, tá ligado?
Você se acha sempre incapaz de resolver
Se acovarda, morô?
O pensamento é a força criadora
O amanha é ilusório
Porque ainda não existe
O hoje é real É a realidade que você pode interferir
As oportunidades de mudança
Tá no presente Não espere o futuro mudar sua vida
Porque o futuro será a consequência do presente
Parasita hoje, um coitado amanhã
Corrida hoje, vitória amanhã
Nunca esqueça disso, irmão”
(Racionais MC's).

MACHADO, Thayse. **População em Situação de Rua: Uma Relação Marcada por Preconceito e Estigma**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema a população em situação de rua e sociedade, e sua relação com o preconceito/estigma. A escolha do tema tem como motivação a experiência obtida nos períodos de Estágio Obrigatório desenvolvidos na Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano, e teve como objetivo geral o de identificar de que forma o preconceito e o estigma atingem a população em situação de rua. Para isso, serão investigados os conceitos de estigma e preconceito. No intuito de atingir os objetivos propostos, analisar-se-á, através de observação participante a percepção que a sociedade possui acerca dos sujeitos que se encontram acolhidos na Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano. A metodologia utilizada para desenvolver este Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma revisão de literatura, pesquisa bibliográfica para realização da fundamentação teórica, além da utilização de experiências de campo advindas da realização de estágio obrigatório junto à Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano. Este trabalho está dividido em duas seções de modo a facilitar seu entendimento e absorção. A primeira seção, intitulada “População em Situação de Rua: Compreendendo este Fenômeno” abordará aspectos gerais e específicos da PSR, brevemente contextualizando a questão da criminalização sofrida por este segmento populacional. Na segunda seção, denominada “Discussão das Políticas, Experiência e Análise da Vivência do Estágio”, primeiramente serão expostas as políticas e os avanços nas discussões acerca do fenômeno PSR a nível nacional que se refletem a nível municipal. Após, serão abordadas as vivências no estágio e as análises sobre este segmento. Por fim, serão apresentadas as Considerações Finais e Referências.

Palavras Chaves: População em Situação de Rua; Sociedade; Preconceito; Estigma.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Variação da população em situação de rua por gênero..... | 21 |
| Gráfico 2 - Formas de preconceito sofridas pela população em situação de rua..... | 24 |
| Gráfico 3 - Principais fatores que levam o indivíduo à situação de rua..... | 27 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|--|
| CAPS AD | Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas |
| CENTRO POP | Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua |
| CNAS | Conselho Nacional de Assistência Social |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LA | Liberdade Assistida |
| LOAS | Lei Orgânica de Assistência Social |
| MDS | Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome |
| NOB RH | Norma Operacional Básica de Recursos Humanos de Assistência Social |
| NOB SUAS | Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| PSC | Prestação de Serviço a Comunidade |
| PSR | População em Situação de Rua |
| SMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| SNAS | Secretaria Nacional de Assistência Social |
| SUAS | Sistema único de Assistência Social |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: COMPREENDENDO ESTE FENÔMENO | 16 |
| 2.1 A População em situação de rua e alguns aspectos para a sua compreensão..... | 16 |
| 2.1.1 População em situação de rua e sociedade: uma relação marcada por preconceito e estigma..... | 23 |
| 2.2 População em situação de rua e sua criminalização..... | 26 |
| 3 DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS, EXPERIÊNCIA E ANÁLISE DA VIVÊNCIA DO ESTÁGIO..... | 30 |
| 3.1 Política de Assistência Social e a população em situação de rua..... | 30 |
| 3.1.1 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais..... | 33 |
| 3.1.2 Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua..... | 34 |
| 3.2 Uma experiência de estágio junto à Casa de Acolhimento Social Bom Samaritano..... | 37 |
| 3.2.1 Conhecendo a Casa e os profissionais que nela atuam..... | 38 |
| 3.2.2 Algumas considerações acerca da experiência de estágio..... | 42 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 47 |
| REFERÊNCIAS..... | 51 |
| APENDICE A – Documento de cadastramento da Casa Bom Samaritano junto ao MDS..... | 54 |
| APÊNDICE B – Projeto de Intervenção realizado na Casa de Acolhimento Social a Morador de Rua Bom Samaritano..... | 55 |

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a População em Situação de Rua (PSR) e sua relação com o preconceito/estigma. Este tema foi escolhido a partir de uma inquietação gerada durante a inserção no campo de estágio obrigatório I e II, realizado junto à Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano, do município de São José – Santa Catarina, no período compreendido entre 24 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

A Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano é um serviço de acolhimento municipal, preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir a proteção integral, portanto, direito dos usuários. Atende pessoas em situação de rua, encaminhadas até a casa através do CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, que é uma unidade pública de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/PNAS.

A Assistência Social como Política Pública busca garantir, em uma de suas diretrizes, a autonomia. Não apenas a partir da inclusão, mas também acolhendo estas pessoas e oferecendo-lhes atendimento digno, como caminho para o reconhecimento enquanto sujeito de direito, rompendo com a lógica inicial dos acolhimentos ao longo da história. (PNAS, 2004).

Durante a experiência no campo de estágio, teve-se a oportunidade de participar de atendimentos à PSR pelas assistentes sociais da Casa de Acolhimento, onde foi percebido as inúmeras dificuldades encontradas pela equipe, principalmente na realização de encaminhamentos desta população aos serviços da rede de proteção social de São José.

Conforme Silva (2006), através das ações realizadas pelo Serviço Social, tornaram-se evidentes as dificuldades e limitações para acessar os serviços de proteção social por estes usuários. Tendo em vista os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva de programas, os projetos e serviços são fatores que contribuem para a não efetivação dos direitos da PSR.

É imprescindível articular benefícios, projetos, programas e serviços da Política de Assistência Social, bem como de outras políticas, no intuito de proporcionar atenção integral a esta população, que teve uma vida marcada pela negação de direitos. Este novo olhar voltado para este segmento busca romper com a lógica segregacionista, assistencialista e higienista construída historicamente, onde essas pessoas não eram tratadas com dignidade e não tinham seus direitos garantidos.

Dentro desse contexto e perspectiva, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visa estudar como a sociedade contribui para o preconceito¹ e estigma² sofrido pela PSR. Para tanto, partiu-se da realidade da Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano, entidade governamental atrelada ao município de São José. Trata-se de uma instituição que deve atender de forma universal a PSR mas que, no entanto, possui limites territoriais e de capacidade instalada. É um serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua que visa, prioritariamente, proteger os usuários, acolhendo-os e preservando sua liberdade, autonomia e independência para sua vida cotidiana, promovendo também o acesso à rede de políticas públicas.

As delimitações acerca do tema escolhido ocorreram da seguinte forma: a primeira foi feita sobre uma parcela da população, a chamada população em situação de rua, trabalhando-se especificamente com a questão da estigmatização e preconceito. Posteriormente, foi delimitada a violação dos direitos dos mesmos e a posição da sociedade no que tange ao preconceito e estigma.

A delimitação seguinte considerou alguns aspectos necessários ao entendimento do problema de pesquisa, a experiência de estágio obrigatório junto à casa de acolhimento social destinada à PSR, o trabalho realizado, a legislação que norteia este público, políticas públicas destinadas, entre outros temas.

A escolha deste tema é consequência de anseios advindos do estágio obrigatório. Cumprindo-se as atividades do estágio obrigatório I e II, realizamos um projeto de intervenção (em anexo), o qual subsidiou no desenvolvimento deste trabalho. Uma vez que, inclusa no serviço de acolhimento, obteve-se a oportunidade de analisar de forma empírica e crítica o processo de exclusão sofrido por esta população, por meio do preconceito e estigma.

¹ Apenas como referência inicial apresentamos os conceitos indicados no dicionário “Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos que o contestam” (AURÉLIO).

² Uma forte desaprovação de características ou crenças pessoais que vão contra normas culturais. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Estigma_social).

Sendo assim, o problema de pesquisa deste trabalho consiste em elucidar a questão “De que forma o preconceito e o estigma da sociedade atingem a população em situação de rua?”, considerando o contexto em que isso ocorre.

Nesse sentido, a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de rua (2008, p. 04), explicita que as visões estigmatizantes da sociedade civil, e também do Estado, sobre a população em situação de rua costumavam restringir-se às pulsões assistencialistas, paternalistas, autoritárias e de “higienização social”. Essas perspectivas não poderiam dar conta do complexo processo de reinserção destas pessoas nas lógicas da família, do trabalho, da moradia, da saúde e das tantas outras esferas de que estão apartadas.

Entre as hipóteses possíveis para responder ao problema de pesquisa, foram levadas em conta: o fato da PSR ser estigmatizada e rotulada como “vagabundos”, “vadios”, etc., levando muitas pessoas a fecharem os olhos para esse público, sem oferecer oportunidades, prejudicando as relações sociais; a ineficiência de intervenção do Estado no que tange a “emancipação e manutenção” de condições dignas de vida da PSR provoca a elevada vulnerabilidade, contribuindo para estigmatização; o fato de a sociedade não oferecer possibilidades de inserção no mercado de trabalho levar muitas pessoas a recorrerem novamente às ruas para sobreviverem.

A partir disso, o objetivo geral deste trabalho é identificar de que forma o preconceito e o estigma atingem a PSR, a partir da experiência de estágio junto à Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano. Para isso, será investigado o conceito de estigma e preconceito.

Analisar-se-á, através de observação participante, a percepção que a sociedade possui acerca dos sujeitos que se encontram acolhidos na Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano.

Assim sendo, este trabalho, tem como objetivos específicos: contribuir para a desconstrução estigmatizadora da PSR; tentar despertar o interesse da sociedade para com este público; buscar combater, de alguma forma, o preconceito e a exclusão social; incentivar e dar subsídio a estudantes, profissionais e demais interessados em discutir e problematizar este assunto tão importante e necessário; chamar a atenção da sociedade em geral para uma maior atenção, mais programas de geração de renda e emprego, mais oportunidades e maior destinação de verba pública para atender a PSR.

Diante disto, este estudo se inicia a partir de uma óptica que entende o surgimento do fenômeno da PSR como expressão da questão social e de um amplo processo social e histórico. Tal processo seria derivado da forma de estruturação da sociedade capitalista,

mediada pela exploração e desigualdades sociais. Nesse contexto, Silva (2006, p. 88) aborda que são recorrentes as análises que tendem a naturalizar a questão social, desconectando suas diversas expressões, de sua origem comum: a organização social capitalista, a relação capital/trabalho. As análises desconectadas, fragmentadas, conduzem a responsabilização dos indivíduos pelos seus próprios problemas, isentando a sociedade de classes na produção das desigualdades sociais e geralmente conduzem a estratégias de enfrentamento também fragmentadas, focalizadas e muitas vezes repressivas.

Com isso, pretende-se abordar a não inserção dessa população no mercado de trabalho, seja por motivos da imagem desqualificada que esse segmento tem, seja pela falta de oportunidades. O não reconhecimento de situações como o desemprego para este segmento e a desqualificação social também fazem parte do processo de exclusão e são expressões da questão social, condicionadas por fatores conjunturais e estruturais, e não por “incompetências individuais”. A autoculpabilização, expressa na fala dos usuários, acentua o sentimento de fracasso, ocasionando o fechamento do sujeito sobre si mesmo e a perda de referências. O que ao nosso ver, expressam preconceito e estigma.

A metodologia utilizada para desenvolver este TCC consiste em pesquisa bibliográfica e na utilização de experiências de campo advindas da realização de estágio obrigatório junto à Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano, do Município de São José (SC).

Para tanto, será utilizado o aprofundamento teórico das categorias Sujeito em Situação de Rua e Sociedade, Preconceito e Estigma, utilizando os seguintes autores: José Paulo Netto (1992), Goffman³ (1980), Lopes (2006), Jane Prates (2011), Agnes Heller (1985), entre outros, que irão contribuir para o mesmo. Simultaneamente, lançar-se-á mão da observação participante realizada durante as atividades de estágio obrigatório.

Esta metodologia possibilitou, ao longo do estágio, ao participar de atendimentos e dos acompanhamentos dos usuários nos espaços da rede, colher impressões e dados sobre como estes são estigmatizados, tratados ou considerados. Isto auxiliará na análise e avaliação da percepção que a sociedade possui acerca dos sujeitos que se encontram acolhidos na Casa de Acolhimento social ao Morador de Rua do Município de São José – SC.

A partir da pesquisa realizada, o presente trabalho subdivide-se em introdução, segunda seção intitulada “População em Situação de Rua: Compreendendo este Fenômeno”

³ Tendo em vista que **GOFFMAN** é um autor que vem da tradição funcionalista, e sabendo que o trabalho esta pautado numa perspectiva critica, buscou-se trabalhar com ele, pois se faz necessário que se aborde o conceito que o mesmo traz.

abordará aspectos gerais e específicos da PSR, sua caracterização e relação da sociedade e da PSR no que diz respeito ao preconceito e estigma, através de uma revisão bibliográfica, e da observação participante acerca do serviço de acolhimento social ao morador de rua. A partir daí, será brevemente contextualizada a questão da criminalização sofrida por este segmento populacional. E na terceira seção, denominada “Discussão das Políticas, Experiência e Análise da Vivência do Estágio”, primeiramente serão expostas as políticas e os avanços nas discussões acerca do fenômeno PSR a nível nacional que se refletem a nível municipal. Após, serão abordadas as vivências no estágio e as análises sobre este segmento.

Nesse sentido, este trabalho apresentará relevância teórica e crítica a respeito das dificuldades de acesso aos direitos dos indivíduos em situação de rua, decorrentes do movimento histórico-social da sociedade capitalista. Apresentará também, importância social ao provocar o debate acerca do tema, tendo em vista que este, apesar de suas implicações sociais, ainda é um assunto pouco explorado pelo Serviço Social.

Enfim, pode-se afirmar que o presente trabalho visa contribuir para a discussão acerca do preconceito e estigma sofrido pela PSR, e as possibilidades e limites encontrados pelos assistentes sociais no enfrentamento desta questão.

Por fim, teceremos as considerações finais, que visando à continuidade da discussão e reflexão sobre esta temática, busca contribuir para a construção de conhecimentos na área da PSR, preconceitos e estigmas.

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: COMPREENDENDO ESTE FENÔMENO

2.1 A População em situação de rua e alguns aspectos para sua compreensão

Para melhor compreensão do objeto de pesquisa deste trabalho torna-se necessário abordar algumas informações acerca da **população em situação de rua**, que está inserida em um contexto social, permeado por conflitos, desigualdades sociais e outras expressões da questão social advindas do modo como se estrutura e se organiza o sistema capitalista.

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (SILVA, 2006, p.95).

Conforme dados e relatos colhidos no relatório do primeiro ‘Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua’, organizado e realizado em 2005 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), a caracterização da PSR ficou definida como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, 2008b, p. 08).

A pobreza extrema como atributo da PSR é explorada por Silva (2006), que a conceitua da seguinte forma:

Considera-se pobreza extrema a condição que se define pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de trabalho e renda regulares, seja pelo não acesso a políticas públicas (SILVA, 2006, p. 100).

O rompimento ou fragilização dos vínculos familiares também aparece na análise de Silva (2006, p. 101) quando avalia que, além dos problemas de ordem econômica, existem

outras condicionantes e fatores estruturais que podem levar ao rompimento e ou fragilização dos vínculos familiares, tais como as “desavenças afetivas, fatores ligados à história de vida dos indivíduos, os preconceitos relacionados à orientação sexual, à intolerância às situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas”.

Como aponta Silva (2006), são comumente enumerados diversos fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, tais como fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos (alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc.), além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.). Ainda segundo a autora, está claro que se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma única perspectiva. São, portanto, múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da PSR.

Sendo assim, a família muitas vezes pode ser, para o indivíduo, sinônimo de segurança, proteção, apoio, refúgio e afeto, mas também pode representar divergências, discordância, insegurança e conflito.

Rosa (2005) aborda também o rompimento ou fragilização dos vínculos familiares como um dos aspectos da PSR, a esta condição. O autor explicita que os processos de natureza econômica se constituem como um dos fatores responsáveis por esse rompimento e pela permanência temporária ou duradoura em tal situação. Também afirma que existem muitos outros fatores que perpassam a trajetória de vida do indivíduo e que podem levá-lo a uma fragilização ou rompimento dos vínculos familiares.

Portanto, a última característica a ser analisada refere-se à inexistência de moradia convencional regular que, para Silva (2006, p. 102):

[...] associada às demais condições conduzem a utilização dos logradouros públicos como ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos ou áreas degradadas, ou seja, galpões e prédios abandonados, ruínas, carcaças de caminhão ou, ainda, redes de acolhida temporária mantidas por instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

Outra definição complementar da parcela da população que utiliza as ruas como espaço de moradia e sobrevivência foi citada também na Política Nacional para a Inclusão Social da População de Rua:

Estas pessoas relacionam-se com a rua segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados, vis-à-vis os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes e/ou ausentes. Em comum possuem a característica de estabelecer no espaço público das ruas seu palco de relações privadas, o que as coloca na categoria de 'população em situação de rua' (BRASIL, 2008b, p. 03).

Essa camada da população, a PSR, possui em comum a garantia de sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, sem referência de moradia regular. Caracteriza-se, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Cabe ressaltar que um dos reflexos do intenso processo de exclusão social é que, em consequência da ocupação do solo urbano estar baseada na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mediante o pagamento do valor da terra, a PSR não dispõe de renda suficiente para conseguir espaços adequados para a habitação. Sem alternativas, esta população se utiliza das ruas da cidade como moradia. Além disso, a PSR também não se enquadra no atual modelo econômico, o qual exige do trabalhador uma qualificação profissional.

Rosa (2005) afirma que um dos fatores do rompimento seria o deslocamento para busca de emprego, ou seja, a procura dos indivíduos por trabalhos em outras cidades, regiões ou mesmo países, em busca da esperança de condições melhores de vida – e que nem sempre é uma realidade alcançada.

Ao não conseguirem trabalho e estabilizarem-se em situação de rua, alguns indivíduos sentem o desejo de restabelecer seus vínculos familiares, mas os sentimentos de vergonha, fracasso e humilhação acabam por se constituir como uma barreira que os impede de retomar os vínculos e se reaproximarem de familiares e antigos amigos.

Na sociedade capitalista, o trabalho funciona como eixo principal da sociedade e é compreendido como base da produção da riqueza. Segundo Assis (2010), Marx propõe, através do Materialismo Histórico, que os homens não seriam meros seres contemplativos do mundo ou apenas produtos do meio (refutando, portanto, as teses Deterministas), mas também produtores da História.

Para Marx, o modo de produção capitalista é sustentado por inúmeras contradições, sendo que elas se dão essencialmente no plano das classes sociais. Estas são a burguesia, aqui como classe detentora dos meios de produção e, portanto, dominante; e o proletariado, que tem como única riqueza o seu trabalho, tendo que o vender para sobreviver. Afirma também

que as forças produtivas estão em constante desenvolvimento. Isso geraria uma competição entre os próprios capitalistas, na qual o vencedor seria o burguês que detivesse as mais avançadas técnicas produtivas. Ou seja, é através do trabalho que adquirimos nossos meios de subsistência e de nossa família, e sem ele, as necessidades básicas e inerentes a qualquer ser humano tornam-se ausentes a priori. (ASSIS, 2010)

Em suma, o trabalho está vinculado à construção da identidade do sujeito e suas relações sociais, dada sua simbologia em nossa sociedade. Por meio dele, nos reproduzimos como homens, ao transformar a natureza e imprimir a ela nossas intenções para satisfação das necessidades – meio pelo qual construímos historicamente um modo de produção social. Portanto, estar em pleno gozo das atividades laborativas é entendido com viés de dignidade social, e toda e qualquer pessoa que não labora enfrenta o preconceito – por vezes velado, por vezes explícito.

Se o trabalho está carregado dessas condicionalidades, também deve-se levar em conta a moral do trabalho, ou seja: somos reconhecidos enquanto sujeitos ativos na sociedade se temos um trabalho de carteira assinada, por exemplo. A sociedade em si reproduz a idéia de que o ser humano só é sujeito de direito, reconhecido em sociedade e digno de respeito, se trabalhar. Porém, sabe-se que o morador de rua não tem as mesmas condições de conseguir um emprego registrado pois, independentemente de suas competências, existe um preconceito por sua condição em situação de rua, o que o afasta ainda mais das premissas postas para se adequar à sociedade.

A partir dessas observações, alocamos a essa referência de trabalho as pessoas em situação de rua, que por muitas vezes desenvolvem atividades informais. Conforme a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, a maioria não trabalha com registro em carteira assinada:

Contudo, a maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal: apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Esta não é uma situação ocasional: 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada (BRASIL, 2008b, p. 12.)

Esta condição da vida em sociedade, leva a população que está em situação de rua a serem considerados inúteis, improdutivos, vagabundos e preguiçosos, e a serem estigmatizados por não estarem inseridos diretamente no mercado formal de trabalho.

Ou seja, podemos observar um modo de produção que visa o mérito e enfatiza erroneamente que todos os cidadãos possuem as mesmas oportunidades, porém sem fazer

referência à produção social distribuída de forma desigual, individual, e que, ao longo da história, concentra-se em poder de poucos, a alta burguesia.

Tal contradição está ligada à culpabilização do sujeito em situação de rua, sendo transferida a ele a responsabilidade por não estar inserido conforme a sociedade espera e entende por padrões corretos de comportamento, individualizando as causas, mas sem enfrentar o modo de produção da sociedade capitalista, que é o verdadeiro causador de tal circunstância. Sendo assim, o sujeito em situação de rua passa a ser visto como incapaz, o que acaba sendo absorvido e repetido viciosamente pela sociedade (mídia, família, religião...).

Estas conclusões são reforçadas com as informações apresentadas entre agosto de 2007 e março de 2008, por meio de uma parceria do MDS com a UNESCO, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Esta pesquisa, que incluiu a contagem e caracterização da população adulta em situação de rua, foi realizada nos municípios com mais de 300.000 habitantes e em todas as capitais, com exceção de Belo Horizonte, São Paulo e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e Porto Alegre, que naquele momento conduzia a pesquisa de iniciativa municipal.

A pesquisa nacional contabilizou, neste período, um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados. Nesse sentido, ao somar o valor do contingente da pesquisa nacional com os números das pesquisas realizadas em Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, estima-se que o total de pessoas adultas em situação de rua identificadas representa, aproximadamente, 50.000.

Embora expressivo, esse contingente não deve ser tomado como o total de pessoas em situação de rua no país. Primeiro, porque a pesquisa nacional não englobou as crianças e adolescentes que também vivem nesta situação; e, principalmente, porque se deve considerar que as pesquisas foram realizadas em um conjunto de municípios brasileiros e não em sua totalidade, num período específico.

Esta pesquisa da PSR, mesmo que parcial, é relevante e bastante expressiva, dada nossa sociedade excludente, que não aceita a presença dessa população no espaço público.

Ao analisarem-se, por exemplo, expressões como as de ambulantes ou andarilhos associadas à situação de rua, tem-se a caracterização de um sujeito que vive deslocando-se, o que não é um traço comum a esse segmento populacional. O nomadismo dos andarilhos que caracteriza alguns destes sujeitos é, em outros, resultado de sua expulsão de locais onde, por um período, foram aceitos e, em outro momento, são rejeitados, seja porque acumulam objetos no espaço da rua, fazem uso de drogas, têm delírios ou simplesmente porque sua presença incomoda os moradores do bairro, que por determinado período aceitaram sua permanência, ocupando de modo privado o espaço público (PRATES, J., PRATES F., MACHADO, 2011, p. 193).

A verificação comparativa de alguns dos dados coletados pelo Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua e pelo Projeto Abordagem de Rua permite-nos destacar algumas das características mais comuns desse grupo populacional heterogêneo. Este fato pode ser observado pela Pesquisa Nacional (2008), segundo a qual o perfil das pessoas adultas em situação de rua identificadas pela Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua constitui-se de:

- 82% do sexo masculino;
- 53% com idade entre 25 e 44 anos;
- 67% são negros;
- A maioria (52,6%) recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais;
- Composta, em grande parte, por trabalhadores – 70,9% exercem alguma atividade remunerada;
- Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência;
- Parte considerável é originária do município onde se encontra, ou locais próximos;
- 69,6% costuma dormir na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos;
- 22,1% costuma dormir em albergues ou outras instituições;
- 95,5% não participa de qualquer movimento social ou associativismo;
- 24,8% não possui qualquer documento de identificação;
- 61,6% não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto;
- 88,5% não é atingida pela cobertura dos programas governamentais, ou seja, afirma não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

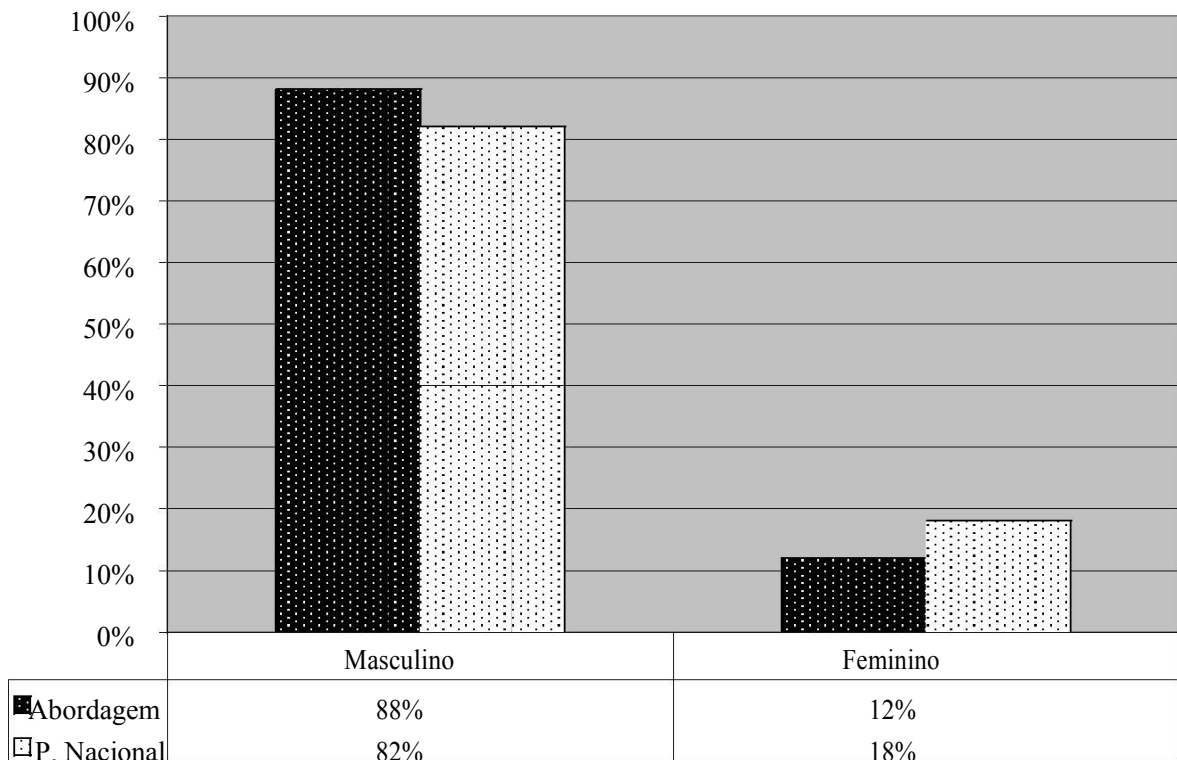
Além disso, entre os benefícios recebidos por eles, destacaram-se: aposentadoria (3,2%); programa Bolsa Família (2,3%); benefício de Prestação Continuada (1,3%). As principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são: alcoolismo/drogas (35,5%); desemprego (29,8%); desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Outros dados merecem destaque:

A maioria da população pesquisada afirmou que costuma dormir na rua (69,6%). Um grupo relativamente menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições. Apenas 8,3% costumam alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues. Na última semana (em relação à data da entrevista) a maioria dormiu somente na rua (60,5%). Pernoitaram somente em albergues ou outras instituições 20,0%. E alternaram rua e albergue 8,3%. Preferem dormir na rua 46,5% dos entrevistados, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues. Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir em albergue, 67,6% apontaram a violência como o principal motivo da não preferência por dormir na rua. O segundo principal motivo foi o desconforto (45,2%). Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir na rua, 43,9% apontaram a falta de liberdade

como o principal motivo da não preferência por dormir em albergue. O segundo principal motivo foi o horário (27,1%) e o terceiro a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%), ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade (BRASIL, 2008c, p.10.)

Dentro desse contexto, cabe ressaltar que, na Grande Florianópolis, assim como no âmbito nacional, a população que se encontra em situação de rua é predominantemente do sexo masculino. Isto pode ser observado através do Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Variação da população em situação de rua por gênero



Fonte: Elaborado por Patrícia Fraga. Agosto 2011. (FRAGA, 2011)

Nota-se que o percentual de homens é muito maior que o de mulheres. Isso se dá em razão da opressão e violência sexual sofrida por elas. As mulheres são muito mais vulneráveis devido à relação de gênero e da violência física, simbólica e verbal. Além disso, ainda existe o papel conferido historicamente às mulheres de “dona de casa”, aquela que culturalmente tem o papel de reprodutora e cuidadora da prole, estando, portanto, submissa ao ambiente doméstico. Este atributo culturalmente desenvolvido, aliado aos atos de violência contra as mulheres, são apresentados por Silva (2006) como aspectos que as inibem de recorrerem a esta estratégia de sobrevivência, ou seja, de fazer das ruas espaço de moradia e sustento.

[...] à mulher foi reservado o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, o que implica relações de trabalho desiguais e muitas vezes opressão sexual,

reproduzido na situação de rua, de forma acentuada, como revelam os estudos de Tiene (2004:19): A mulher moradora de rua é minoria, se compara à população masculina. Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre, limitada ao espaço físico e social da casa onde procria e por isso deve viver. Submissa no ambiente doméstico, tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua que é um espaço público (SILVA, 2006 p. 115)

A breve análise e caracterização da PSR são fundamentais para o embasamento deste trabalho. Com isso, obteve-se uma aproximação com os aspectos centrais desse segmento, o perfil contemporâneo e as características dessa população. No item a seguir, será abordado o preconceito e estigma sofrido pela PSR.

2.1.1 População em situação de rua e sociedade: uma relação marcada por preconceito e estigma

Inicialmente, é importante destacar os conceitos de preconceito e estigmas, visto que estes darão embasamento à pesquisa. De acordo com Heller (1989) os preconceitos são “juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão”. (HELLER, 1989 p. 47)

Portanto, os preconceitos têm sua sustentação em bases afetivas e irracionais, amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e também no conformismo. Algumas definições, por estarem registradas em uma dada formação sociocultural, poderão até explicar atitudes de discriminação, mas nunca justificá-las.

Segunda a autora supracitada, nem um nem vários preconceitos bastam para fazer com que um homem seja “imoral”, mas isso depende essencialmente da relação entre a individualidade e a totalidade, das conseqüências e das motivações do preconceito. Portanto, Heller (1989) afirma que o preconceito, abstratamente considerado, é sempre moralmente negativo. Porque “todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo”. (HELLER, 1989 p. 59)

Cabe ressaltar que os preconceitos se constituem de uma modalidade de discriminação sobre aqueles(as) que se orientam na vida de forma diferente dos padrões dominantes. Nesse sentido, a autora acima afirma que “o desprezo pelo “outro”, a antipatia pelo diferente, são tão antigos quanto a própria humanidade”. (HELLER, 1989 p. 55)

Ou seja, em alguns contextos históricos, femininos e masculinos permanecem alvo de atitudes preconceituosas porque não estão inseridos no “modelo” dominante de sexualidade, do estético, do étnico, etc. A discriminação é resultado das relações sociais que estabelecemos através da reprodução de valores que, por vezes, incorporamos ao nosso cotidiano.

Para tanto, é necessário explicitarmos também a conceituação do estigma. De acordo com Bacila (2005), a palavra estigma deriva do latim *Stigma* e significa tatuagem. Antigamente, para distinguir pessoas de “classe inferior, ladrões e loucos”, os romanos tatuavam, nessas pessoas, símbolos facilmente visíveis pelos outros, como sinal de impureza. Desta maneira, a sociedade “pura” deveria manter certa distância, no sentido de assegurar que não viesse a se contaminar com as impurezas dos outros indivíduos.

Para Goffman (1988), o termo estigma, entre os antigos gregos, designava sinais corporais com os quais se procurava evidenciar algo de extraordinário ou de mau acerca do estatuto moral de quem os apresentava. Tratava-se de marcas corporais, feitas com cortes ou com fogo, que identificavam de imediato um escravo ou um criminoso, por exemplo.

Segundo Goffman (1988, p. 12), estigmatizante é qualquer atributo, não necessariamente físico ou visível, que se diferencia do quadro de expectativas sociais “comuns” de determinado indivíduo. Todas as sociedades definem categorias relacionadas a atributos considerados naturais, normais e comuns do ser humano – o que Goffman define por identidade social virtual. Ou seja, o indivíduo estigmatizado é aquele cuja identidade social real inclui qualquer atributo que frustra as expectativas de normalidade.

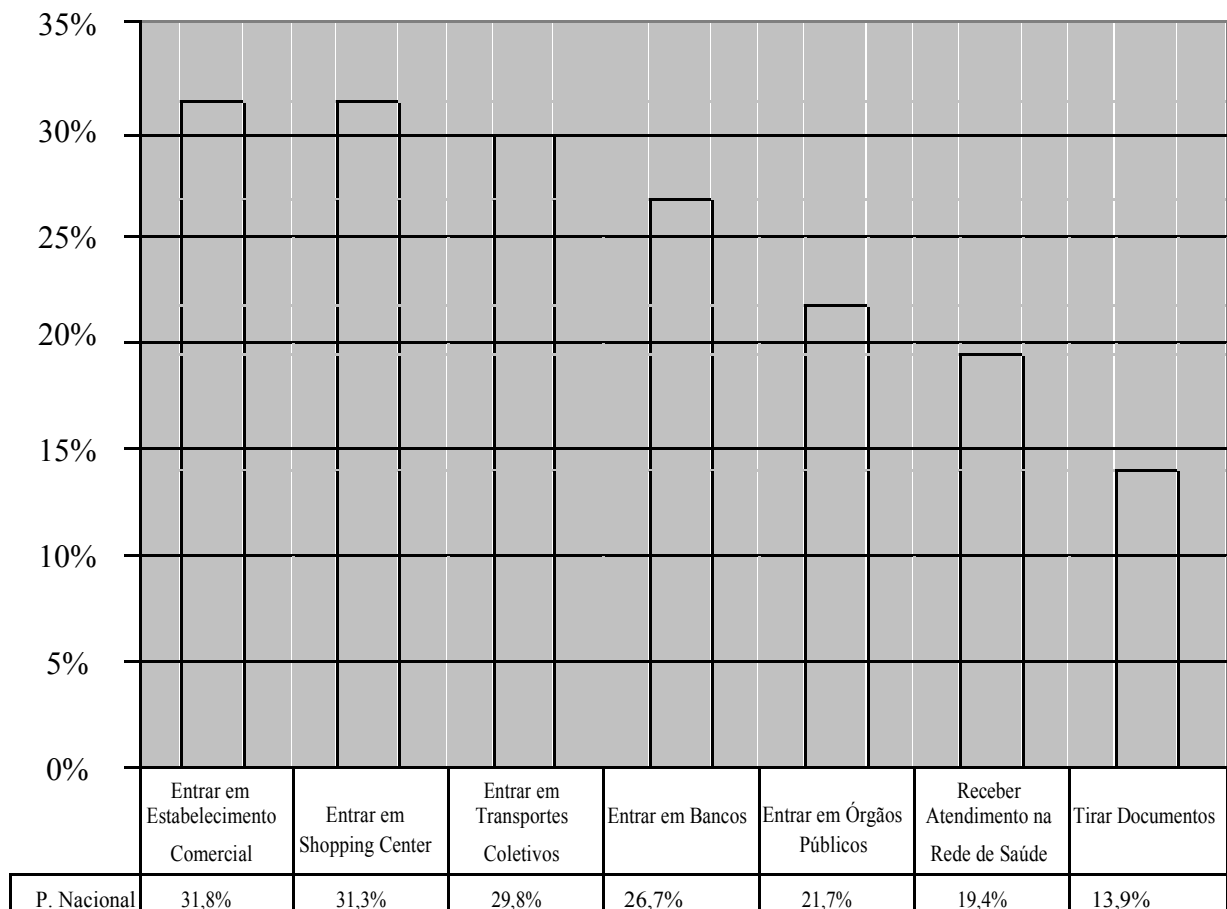
Nesse sentido, o autor supracitado distingue três tipos de estigma: as deformações físicas (deficiências motoras, auditivas, visuais, desfigurações do rosto, etc.), os desvios de caráter (distúrbios mentais, vícios, tóxicos dependências, doenças associadas ao comportamento sexual, reclusão prisional, etc.) e estigmas tribais (relacionados com o pertencimento a uma raça, nação ou religião). Para explicar isso, Goffman (1988, p. 15) afirma:

Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados normais. As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida.

Com base nestes conceitos, entende-se que a estigmatização é também associada à estética. Esta, porém, aqui é entendida como uma expressão da questão social, assim como o fenômeno da exclusão social, que se constitui nas contradições entre capital e trabalho, e remete a um público a ser exército de reserva, respondendo minimamente ao modelo estabelecido, e outro que não responde a condições marginais da sociedade.

Encontramos em Fraga (2011) algumas informações importantes sobre o preconceito e o perfil da população:

Gráfico 2 - Formas de preconceito sofridas pela população em situação de rua



Fonte: Elaborado por Patrícia Fraga. Agosto 2011.

Neste sentido, observa-se que a população de rua nos serviços da Assistência Social reflete esse contexto e, conseqüentemente, é alvo de um estigma social, por vários motivos e situações cotidianas, como a exigência de documentação em vários âmbitos, dificultando o acesso aos serviços, e a negação de atendimento devido à estética, por exemplo. A Pesquisa Nacional, através das histórias de vida da PSR, trouxe depoimentos referentes a este assunto, que expressam dor e indignação dos entrevistados, em decorrência do preconceito e estigmatização que sofrem:

A gente procura emprego, aí você vê que tem que ter um local de referência onde você mora, tem que ter um telefone pra contato, você tem que ter referência. E aí você vai dizer - moro na marquise? Aí você já é excluído, porque tem uma discriminação, ninguém vai dar emprego para morador de rua! Este cara deve ser um drogado, um ladrão, sei lá [...] (BRASIL, 2008a).

Ou seja, a perda ou a falta de acesso é o elemento central que determina o processo de volta às ruas, o que Prates e Machado (2011), chamam de rualização.

A partir de pesquisas feitas com os sujeitos que habitam as ruas, constatam-se histórias e cotidianos marcados por perdas, exclusão, subalternização e desqualificação. Isso resulta, muitas vezes, no que se pode chamar de autoexclusão, ou seja, o não reconhecimento de si mesmo como sujeito de direito e parte integrante da sociedade. Desta forma, o estigma sofrido pela PSR reflete na internalização, que a leva, em algumas situações, a isolamentos. Estes, são refletidos na fala de um dos entrevistados por Farias (2007): “[...] eu era, antigamente, como bem dizer, da sociedade [...]” (FARIAS, 2007).

As inúmeras denominações pejorativamente utilizadas pela sociedade para definir a PSR são, também, exemplos do preconceito e estigma existentes: “mendigos”, “vagabundos”, “sujos”, “bandidos”, “preguiçosos”, “acomodados”, “vadios”, “loucos”, “drogados”, dentre outros. Assim, retomando o item interior, conclui-se que este estigma e preconceito sofrido por esta população é resultado destas relações na sociedade capitalista, que atende fundamentalmente aos interesses de uma classe (a dominante), mantendo o proletariado com padrão de vida mínimo. A violência verbal, física e simbólica materializa o preconceito e a intolerância da sociedade, muitas vezes por meio do Estado, que reafirma o poder da polícia e a lógica da higienização.

Ao absorver, produzir e reproduzir este preconceito e estigma, o Estado consolida tal condição no interior da sociedade, por meio das políticas sociais, dentre outras formas.

Portanto, é importante destacar que a PSR, marcadas pelo preconceito e estigma tem os seus direitos violados a partir do momento em que não lhe é dada a liberdade de viver e de usufruir dos serviços, de forma universal e integral, isto é, descaracterizando a sua condição de cidadão, de sujeito de direitos.

2.2 População em situação de rua e sua criminalização

Pode-se afirmar que o surgimento da PSR é um dos reflexos da questão social, que atinge e prejudica pessoas que não se enquadram no atual modelo econômico.

A expressão da questão social, segundo Netto (1992), começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade deste século por críticos da sociedade e filantropos que faziam parte do espaço político. A expressão surge para dar conta do fenômeno que a Europa Ocidental experimentava com a industrialização iniciada na Inglaterra, nas últimas quatro partes do século XVIII. O autor entende que a questão social está diretamente ligada aos desdobramentos sociopolíticos. Entretanto, na metade do século XIX, com manifestos contra a ordem burguesa, o pauperismo foi nomeado como questão social.

Para conceituá-la, cito Montañó (2012, p. 272):

A “questão social”, a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem.

Portanto, nota-se que a questão social está vinculada ao conflito entre o capital e trabalho.

O processo de criminalização que essa parcela da população vem sofrendo, tanto pela falta de acesso ao mercado de trabalho quanto pelo preconceito e estigma em várias instâncias, é discutido por Wacquant (2003, p. 73):

Mais do que mera medida repressiva, a criminalização dos que defendem os direitos sociais e econômicos integra uma agenda política mais ampla que tem levado à criação de um novo regime que pode ser caracterizado como “liberal paternalismo”. Ele é liberal no topo, para com o capital e as classes privilegiadas, produzindo o aumento da desigualdade social e da marginalidade; e paternalista e punitivo na base, para com aqueles já desestabilizados seja pela conjunção da reestruturação do emprego com o enfraquecimento da proteção do Estado de bem-estar social, seja pela reconversão de ambos em instrumentos para vigiar os pobres.

Por vezes, a PSR é caracterizada como massa sobrando e que logo passa a ser vista como dispensável. Com isso, esta população busca formas individuais e, muitas vezes, consideradas ilegais de subsistir, sendo responsabilizada pela violência urbana e considerada um obstáculo ao desenvolvimento.

Como o contrário é o que ocorre, só resta concluir que a carência e a enfermidade residem na estrutura de um sistema socioeconômico que opera por critérios de conspiração e exploração da força de trabalho, mas não é capaz de conscrever e explorar toda a massa posta à sua disposição, a não ser através de formas arcaicas de

interação econômica que condenam a maioria da população a uma condição de marginalidade (RIBEIRO, 1978, p. 85)

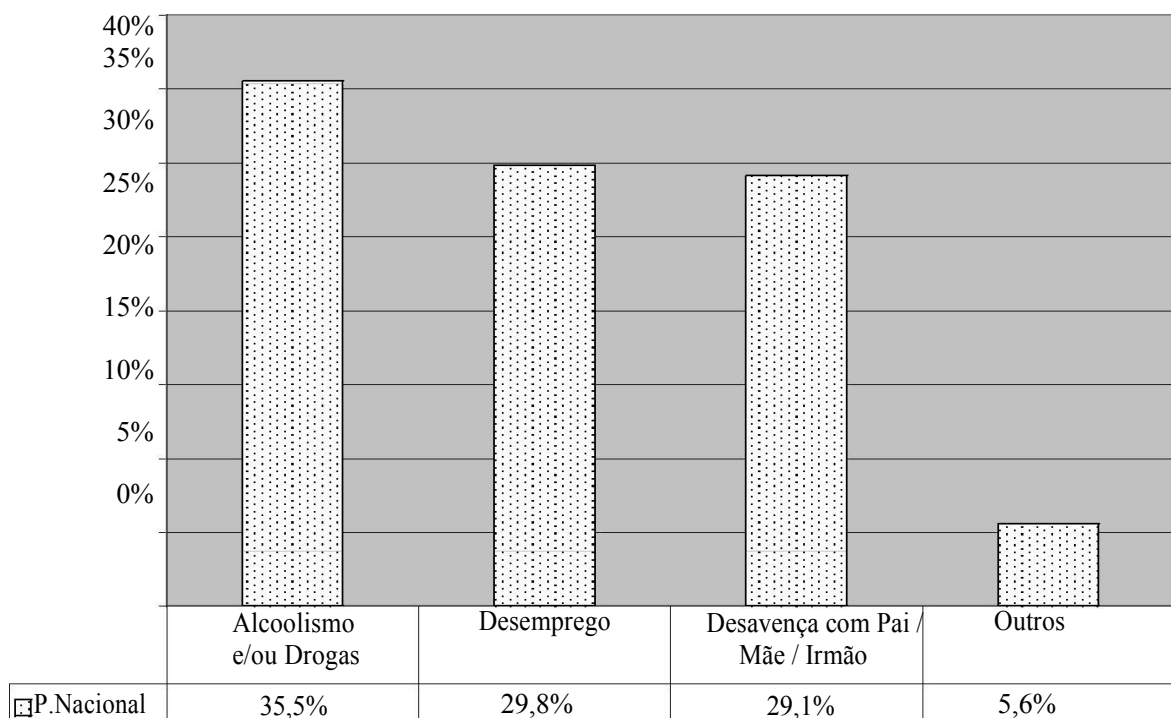
Há muitas instituições articuladas na sociedade para que a manutenção da ordem se reproduza e o ideário burguês se perpetue na população, entre elas a escola, a igreja, universidades, família, e o sistema penal. A necessidade de controlar e culpabilizar o “desviante” é explícita. Fica evidente a escolha política e de classe de intervir na sociedade, segurança, etc., optando pelo controle e criminalização dos extratos mais empobrecidos, sem garantir direitos e reconhecimento dos cidadãos.

Neste processo, o que não fica aparente é o recorte de classe e o processo seletivo pelo qual passam os indivíduos em situação de rua, que não são considerados sujeitos de direitos por não estarem inseridos no modelo da sociedade e no seu modo de produção capitalista.

Dentro desse contexto, é válido pensarmos: por quantas vezes, ao passarmos por uma pessoa em situação de rua, o prejudgamos de forma negativa, sem ao menos conhecer a trajetória de vida, o contexto histórico e as condições sociais e econômicas que o levaram a tal situação. Ao prejudgar e discriminar a PSR, a sociedade e o próprio poder público excluem estes indivíduos do convívio social, da reinserção no mercado de trabalho e da própria condição de assumirem papel de protagonistas de suas vidas.

O Gráfico 3 a seguir, contribui para este entendimento:

Gráfico 3 - Principais fatores que levam o indivíduo à situação de rua



Fonte: Elaborado por Patrícia Fraga. Agosto 2011.

Diante disso, nota-se que, no capitalismo contemporâneo, a vulnerabilidade social e trabalhista se agrava, associada à violação dos direitos humanos e à consolidação da individualização. Nesse contexto, constata-se a necessidade de políticas públicas universais voltadas à proteção social, dentre elas a assistência social, que se mostra fundamental para o enfrentamento da questão social, visto que atende as necessidades sociais de forma não-contributiva, atingindo, portanto, as grandes massas populacionais desprotegidas por não se encontrarem inseridas formalmente no mercado de trabalho. No atendimento à PSR, torna-se crucial refletir a seguridade social sob a ótica do direito, de forma a articular os direitos socioassistenciais com os demais direitos de proteção social.

É possível observar que o processo de criminalização da PSR ainda é muito expressivo e isso provoca, além da forte exclusão social, ausência de condições de “emancipação” e “manutenção” das próprias necessidades. A negação de acesso aos serviços básicos e públicos como saúde e educação, bem como o julgamento moral e preconceito estético (o não atendimento por “mau cheiro”, por exemplo) e a não adaptação das políticas para essa população (a exigência de comprovante de residência, por exemplo) tem acarretado na reincidência da PSR.

3 DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS, EXPERIÊNCIA E ANÁLISE DA VIVÊNCIA DO ESTÁGIO

3.1 Política de Assistência Social e a população em situação de rua

A política de Assistência Social, política pública não contributiva, faz parte do tripé da seguridade social e tem caráter de universalidade, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. A assistência social no Brasil é pautada sobre dois pilares principais, a saber: a Constituição Federal de 1988 - que imprime as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações.

No contexto brasileiro, tem-se como marco o ano de 1993, ocasião em que foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), proporcionando que a Assistência Social passe a ser reconhecida como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, com o comprometimento de garantir a universalização dos direitos sociais. Em 30 de dezembro de 2005, após sua aprovação, a LOAS recebe uma alteração através da Lei n. 11.258/05 que determina a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à PSR. A nova legislação determina que cabe ao poder público municipal a tarefa de “manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões básicos de dignidade e não-violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social.” (BRASIL, 2008b, p. 6).

Em dezembro de 2003, foi realizada em Brasília, Distrito Federal, a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que representa um grande passo na busca da densidade da Política de Assistência Social no Brasil. Nesta conferência foi deliberada a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no qual encontramos a Proteção Social Básica, Proteção Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Sobre a Proteção Social Especial é considerada pela PNAS como:

[...] modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. (BRASIL, 2004, p. 22).

A Proteção Social Básica, destaca-se:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p. 19).

A Proteção Social Especial de Média Complexidade é definida como:

São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado (BRASIL, 2004, p. 22).

Quanto à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, temos a seguinte definição:

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (BRASIL, 2004, p 22).

Compreende-se que dentro da Proteção social especial, existem dois níveis de complexidade: média e alta complexidade. Dentre eles, os serviços são ofertados, de acordo com a PNAS, às crianças, adolescentes, idosos, deficientes, pessoas em situação de rua, migrantes, entre outros.

No caso específico da população em situação de rua que se constitui o foco do presente trabalho, a proteção social especial deve priorizar “serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos”. (BRASIL, 2004, p. 22).

Portanto, nota-se que as políticas sociais são restritas ao acesso da PSR. Somente em 2005 o governo cria programas direcionados a essa população, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, e ainda assim, são restritas, possuem abrangência limitada e reproduzem práticas conservadoras. São de lógica seletiva e propiciam ainda mais, a desigualdade social, pois atendem parte da PSR, de forma focalizada, com programas de natureza compensatória, para diminuir os efeitos mais gritantes da pobreza, sem comprometer a estrutura social.

É necessário destacar, que a implementação do SUAS não se deu de forma instantânea, foi resultado de muitas lutas, movimentações e reivindicações dos atores sociais, inclusive do âmbito do Serviço Social (estudantes, profissionais atuantes, etc).

A efetivação da assistência social como Política Pública de Estado constitui-se como um processo contínuo, visto que esta, carrega grandes marcas históricas que levam a própria sociedade a associá-la ao clientelismo, assistencialismo, voluntariado e até mesmo a caridade.

A criação do SUAS foi uma luta, justamente para romper com estas concepções a respeito da assistência social implementado-a como política pública pertencente ao Sistema de Proteção Social Brasileiro, no âmbito da Seguridade Social.

Segundo Silva (2009), a relação da PSR com as políticas sociais é uma relação de pouca relevância e de quase completa exclusão. Os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva destas políticas são os principais fatores de exclusão social da PSR e seus atendimentos. Existem muitos elementos que colaboram para este distanciamento entre a PSR e a efetivação de seus direitos enquanto cidadãos, como as marcas históricas ainda impregnadas na política de assistência social. Ou seja, o preconceito e o estigma social que atingem a PSR são uma das explicações para a vulnerabilidade e falta de proteção social para este segmento.

A Assistência Social como Política Pública, busca garantir a autonomia, não só a partir da inclusão, mas sim, acolhendo estas pessoas e oferecendo-lhes atendimento digno, como caminho para o reconhecimento enquanto sujeito de direito. (PNAS, 2004)

E faz isto, mesmo que contraditoriamente ao assegurar o trabalho técnico para análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal, bem como encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos que possam contribuir para a construção da autonomia, inserção social e em rede de proteção social.

Portanto, ao mesmo tempo em que reconhecemos o quanto a sociedade, o Estado e as políticas sociais produzem e reproduzem os preconceitos e estigmas, são também, nestes mesmos espaços e, particularmente na assistência social, que se elabora uma tentativa de uma outra prática, que reconheça a condição de sujeito de direitos, de autonomia e liberdade.

3.1.1 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é ofertado àqueles que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, encontramos alguns serviços direcionados especificamente para as pessoas em situação de rua, envolvendo a Proteção Social Especial, de Média e Alta Complexidade, nos serviços de Abordagem de Rua, Serviço Especializado para pessoas em situação de rua – CENTRO POP e o Serviço de Acolhimento Institucional – Bom Samaritano. Eis os serviços de Média Complexidade:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);
2. Serviço Especializado em Abordagem Social;
3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua** (BRASIL, 2009, p. 05, grifo da autora)

E ainda, os de Alta Complexidade:

- 6. Serviço de Acolhimento Institucional;**
7. Serviço de Acolhimento em República;
8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências (BRASIL, 2009, p. 06, grifo da autora).

A Casa de Acolhimento ao Morador de Rua – Bom Samaritano, campo de estágio obrigatório abordado neste trabalho, pertence à Alta Complexidade, sendo um Serviço de Acolhimento Institucional, definido como:

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos

existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade (BRASIL, 2009, p. 31).

O acolhimento é destinado a adultos em processo de saída das ruas:

O Acolhimento é destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. Possui tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência. (...). O atendimento deve apoiar a qualificação e inserção profissional e a construção de projeto de vida (BRASIL, 2009, p. 38).

Entre os objetivos principais, estão:

Proteger os usuários, preservando suas condições de autonomia e independência; Preparar os usuários para o alcance da autossustentação; Promover o restabelecimento de vínculos comunitários, familiares e/ou sociais; Promover o acesso à rede de políticas públicas; Acolher e garantir proteção integral; Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais; Possibilitar a convivência comunitária; Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público (BRASIL, 2009, p. 34).

A instituição, portanto, tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

3.1.2 Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua

No Brasil, a política nacional para inclusão social da população em situação de rua teve sua aprovação em maio de 2008, embora o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) já contemplasse esse segmento nos programas e serviços contidos na Proteção Social Especial de média e alta complexidade. A recente política nacional tem como eixos a articulação entre os níveis de governo federal, estadual e municipal, além da interdisciplinaridade e intersetorialidade que caracterizam a integralidade no atendimento.

Para compreensão do desenvolvimento de programas e projetos que se materializam na forma de serviços no município de São José ao segmento populacional que se encontra em situação de rua, faz-se necessária a apresentação dos princípios da Política Nacional para a

Inclusão Social da População em Situação de Rua:

- I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;
- II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais;
- III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;
- IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória;
- V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua (BRASIL, 2008b, p. 14).

E também das diretrizes:

- I - Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoa em situação de rua;
- II - Complementaridade entre as políticas do Estado e as ações públicas não estatais de iniciativa da sociedade civil;
- III - Garantia do desenvolvimento democrático e de políticas públicas integradas para promoção das igualdades sociais, de gênero e de raça;
- IV - Incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado;
- V - Alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis, Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua;
- VI - Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua;
- VII - Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua;
- VIII - Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade;
- IX - Ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da auto-estima e a reorganização dos projetos de vida (BRASIL, 2008b, p. 15).

Estes princípios e diretrizes devem, portanto, servir de “modelo” para a criação e desenvolvimento de programas municipais, estaduais e federais voltados à PSR. Para que tais princípios e diretrizes sejam efetuados, a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua prevê ainda ações estratégicas nos âmbitos dos direitos humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde e cultura.

A presente Política Nacional faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo (BRASIL, 2008b, p. 4).

Apesar do avanço na discussão e da implementação da política nacional para inclusão da PSR, é evidente que a política social é um fenômeno contraditório, capaz de atender ao mesmo tempo ao princípio da rentabilidade econômica do capital e às necessidades sociais dos cidadãos – dependendo de alguns fatores como: classe, grau de desenvolvimento das forças produtivas, do nível de organização. Cabe ressaltar, porém, que a implementação desta política se deu através de muita luta e da organização dos movimentos sociais dessa população. Uma das exigências desta política é o Comitê Intergestor de Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua que tem por objetivo estabelecer diretrizes, estratégias e competências para o enfrentamento das iniquidades e desigualdades que afetam a População em Situação de Rua no acesso a ações e serviços públicos de saúde.

Mesmo com os avanços, nota-se que a PSR não tem direito à proteção social dentro da cidade ou fora dela. É evidente a falta de integração e a existência de ações restritas a atenções superficiais, que não investem no fortalecimento e autonomização dos sujeitos – o que demanda o reconhecimento da complexidade da problemática, o planejamento integrado de ações e uma intervenção realizada a partir da articulação de políticas públicas de Estado. Há uma precariedade nos atendimentos a esses sujeitos, em virtude da falta de capacitação das equipes de trabalhadores públicos (PRATES, J. C.; PRATES F. C.; MACHADO S., 2011).

Portanto, nota-se a dificuldade de efetivação dos atendimentos à PSR de modo integrado. Há sobrecarga de serviços, retardando e impedindo o progresso de processos de autonomização dos sujeitos e, com isso, perde-se o alcance e efetividade.

Na seção seguinte, será abordada acerca da experiência de estágio, explicitando como e por que ocorrem algumas das dificuldades de efetivação das políticas dentro do serviço municipal de atendimento à PSR de São José.

3.2 Uma experiência de estágio junto à Casa de Acolhimento Social Bom Samaritano

Primeiramente, cabe conceituar o serviço de acolhimento que a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua traz:

Entende-se por acolhimento, nos termos da atual Política Nacional de Assistência Social, serviços continuados destinados a adultos (inclusive idosos, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados) que se encontram em situação de rua ou abandono. A rede de acolhida oferece condições para que as pessoas possam repousar e restabelecer-se. Por meio de acompanhamento profissional devem trabalhar de modo articulado com os demais serviços da rede, visando ao resgate de vínculos familiares e comunitários ou à construção de novas referências, bem como à conquista de autonomia para a vida independente (BRASIL, 2008b, p. 18).

Entre os serviços da Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social está o Serviço de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua, realizado no Município de São José, junto à Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano, local onde foi realizado estágio obrigatório, abordado neste trabalho.

Este serviço faz parte da Política de Assistência Social e está tipificado conforme Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009) como sendo: “Um serviço destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia”.

Apesar de estar tipificado como um serviço que visa a reinserção social, a observação durante o estágio demonstrou que os serviços da casa não têm colaborado com a inserção da PSR no mercado de trabalho. Mesmo quando a inserção ocorre, não é possível trabalhar a permanência do usuário no emprego, pois o indivíduo não recebe suporte para trabalhar alguns dos fatores que levam à reincidência, como: a dependência química (devido a ausência de CAPS AD e rede de apoio), e o preconceito sofrido, seja na busca de emprego, seja numa consulta ao Posto de Saúde e/ou a própria estigmatização.

Ou seja, como aborda Silva (2006, p. 136) o resultado da reincidência se dá:

A esses entraves “burocráticos” de acesso as políticas sociais pela população em situação de rua, somam-se: a falta de articulação entre as políticas sociais, as metodologias inadequadas dos programas, a falta de habilidade e capacitação dos servidores públicos para lidarem com este segmento populacional, além do preconceito social que estigmatiza essas pessoas como “vagabundos”, “desordeiros”, “preguiçosos” e “bandidos”, e por isso não são considerados merecedores do acesso aos direitos sociais.

Assim sendo, percebe-se que uma das maiores dificuldades encontradas é a efetivação dos serviços e o acesso às políticas, impossibilitando a articulação e o trabalho dos profissionais de serviço social.

A maior parte dos usuários atendidos pela Casa de Acolhimento ao Morador de Rua –

Bom Samaritano são usuários de substâncias psicoativas e/ou álcool, fato este que provoca uma dualidade nas relações com o serviço, pois, ao mesmo tempo em que muitos atendidos pela instituição têm minimizadas algumas de suas dificuldades materiais, enfrentam em contrapartida questões de ordem afetiva e emocional vinculadas ao afastamento da dependência química, o que dificulta a adesão às propostas oferecidas pelo serviço (FRAGA, 2011).

Com vistas a reduzir estas dificuldades de adesão vinculada à dependência química por parte dos usuários, no período em que permanecem na casa poderia ser recebido acompanhamento clínico do CAPS-AD.

Os Centros de Atendimento Psicossocial – CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu “território”, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares. Os CAPS constituem a principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica (BRASIL, 2004, p. 13).

Porém, a ausência deste serviço tem sido também uma das dificuldades encontradas para a permanência dos usuários na Casa de Acolhimento.

Nas seções a seguir, serão tratados temas acerca da casa de acolhimento e dos profissionais que nela atuam, explicitando alguns aspectos que prejudicam o acesso aos direitos e o processo de autonomização dos usuários.

3.2.1 Conhecendo a Casa e os profissionais que nela atuam

O serviço de acolhimento destinado à PSR no qual realizou-se estágio visa, prioritariamente, proteger os usuários, acolhendo-os e preservando sua liberdade, autonomia e independência para sua vida cotidiana, promovendo também o acesso à rede de políticas públicas, quando existentes.

O serviço de acolhimento é uma instituição pública, atrelada ao município. O Bom Samaritano foi fundado em 01 de junho de 2011, e funcionava juntamente com o CENTRO POP, de forma precária. Não havia equipamentos necessários e nem equipe técnica suficiente para atender a demanda da população.

Atualmente, com a estrutura reformada, porém ainda sem infraestrutura adequada, o serviço social inserido na casa de acolhimento vem atuando juntamente com a equipe técnica

que conta com psicólogo, médicos e monitores, visando à reintegração da PSR. O principal objetivo é a reinserção dessa população, tendo em vista a emancipação. Além de se propor a atuar sob os valores do projeto ético-político do Serviço Social, realizam-se ações com o objetivo de contribuir para o processo de construção de um espaço interdisciplinar para formação crítica, sólida e com competência, apesar de toda a dificuldade e ausência da rede de apoio.

Pois, apesar dos serviços socioassistenciais estarem pautados no SUAS, como direito dos usuários, existem muitas falhas. Sabe-se que a casa de acolhimento social ao morador de rua Bom Samaritano, trata-se de uma instituição que deve atender de forma universal a PSR, visando um novo projeto de vida, no entanto tem limites territoriais e de capacidade instalada para atender a este segmento.

A casa de acolhimento atende femininos e masculinos e iniciou com a capacidade instalada de 35 residentes, sendo atualmente reduzida para 28, devido à falta de espaço para atender mais usuários. Para isso, a equipe do serviço social conta com duas assistentes sociais – uma por período – e duas estagiárias. Entre os atendidos pelo serviço, há uma grande rotatividade e reincidência, sendo a principal demanda de pessoas em situação de rua com alto grau de dependência química.

São desenvolvidas ações voltadas ao acolhimento, higienização e alimentação da PSR acolhida. Em um primeiro momento, ou seja, na chegada do indivíduo em situação de rua à casa de acolhimento é realizada uma entrevista pela assistente social, no intuito de elaborar um diagnóstico social acerca da situação social do indivíduo. A partir deste diagnóstico são realizados contatos com a família do indivíduo, visando o restabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares. As informações obtidas a partir das entrevistas sociais realizadas são armazenadas em um banco de dados que contém informações pessoais dos usuários.

O principal trabalho desenvolvido na instituição é o acolhimento, identificação das demandas e respectivos encaminhamentos. Dentre as atividades realizadas pela instituição, as principais estão vinculadas ao ato de refazer a documentação dos residentes, como Certidão de Nascimento, Registro Geral, Cadastro de Pessoa Física, Carteira de Trabalho e Cartão Nacional do SUS. Trabalha-se também com o registro no Cadastro Único do Governo Federal para concessão de benefícios. No caso da Casa de Acolhimento, o benefício solicitado é o programa de transferência de renda Bolsa Família. Também é proporcionada passagem de volta para a cidade de origem do usuário, caso o residente não seja de São José e essa seja a sua vontade. A casa possibilita encaminhamento para Comunidades Terapêuticas com tratamento de álcool e outras drogas através de encaminhamento da Secretaria de Assistência

Municipal de São José, bem como trabalha para recuperação de vínculos fragilizados ou rompidos, encaminhamento para o mercado de trabalho, para cursos profissionalizantes através do PRONATEC, para exames e demais consultas e, também, para supletivos e provas para conclusão de ensino fundamental e médio.

Em relação aos encaminhamentos para comunidades terapêuticas, cabe ressaltar que são serviços de execução indireta da Prefeitura Municipal de São José através de convênios firmados com a Secretaria de Assistência Social. São consideradas de execução indireta por serem serviços oferecidos por instituições não governamentais e cofinanciadas pelo poder público municipal. É um serviço destinado a crianças, adolescentes e adultos com transtornos decorrentes do uso/abuso ou dependência de substâncias psicoativas e que se encontram em situação de rua. Ao todo, para atender a demanda da população do município de São José, contamos com 4 comunidades terapêuticas. São elas:

- 1) Instituto Redenção – localiza-se no município de Biguaçu e Camboriú, com capacidade instalada e conveniada para 60 usuários, entre eles, adolescentes masculinos, adultos masculinos e femininos e o público LGBT.
- 2) Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI cito no bairro Kobrasol, com capacidade instalada e conveniada para 15 usuárias femininas.
- 3) Comunidade Terapêutica liberdade, no município de Florianópolis, com capacidade instalada e conveniada para 20 usuários masculinos.
- 4) Centro de Recuperação de Toxicômanos e alcoolistas – CRETA, localizado no município da palhoça, com capacidade instalada e vagas conveniadas para 30 usuários masculinos.

Atualmente, esta sendo reunida a documentação para que o residente que tenha direito possa marcar perícia médica com a Previdência Social através do Benefício de Prestação Continuada.

A rotina e os encaminhamentos feitos na casa de acolhimento ocorrem de acordo com o surgimento de demandas. As assistentes sociais dividem as atividades e os atendimentos. Elas fazem, diariamente, atendimentos individuais aos usuários através de demanda espontânea, e realizam suas propostas de trabalho, dentro do que é possível. Muitas vezes, a ausência de instrumentos impossibilita o trabalho. Por exemplo, atualmente, os serviços externos não estão sendo cumpridos, devido à carência de motoristas para executar as atividades propostas.

Dentro desse contexto, cabe ressaltar que os acolhimentos são destinados a pessoas excluídas do convívio social, que sofrem preconceitos diariamente, são vistos como “sujos”,

“loucos” e “perigosos”. Nesse sentido, os profissionais que atuam com esta população devem ter consciência da dimensão ético-política, que neste caso é fundamental, tendo em vista que a atuação deve ocorrer de forma responsável, indo contra o preconceito e a moralização do sujeito, e a favor do acesso a direitos, da democracia e com fundamentos no código de ética. Busca-se também desconstruir a visão estigmatizadora da sociedade que culpabiliza o sujeito por tal situação de rua.

Tendo em vista que essa população exige um atendimento diferenciado, por vezes a ação profissional esbarra em situações que dificultam a efetivação do trabalho, pela ausência de serviços públicos para os quais os assistentes sociais poderiam efetuar os encaminhamentos de cada situação específica.

Neste contexto, Vasconcelos (2003) explicita, na perspectiva do projeto ético político do Serviço Social, que um dos grandes desafios enfrentados pelos assistentes sociais é trabalhar demandas, pleitos, exigências imediatas - dor, sofrimento, falta de tudo, falta de condições de trabalho, condições de vida - sem perder a perspectiva de médio e longo prazo. Isto implica em responder aos problemas cotidianos imediatos e, ao mesmo tempo, criar ações que vêm de encontro às necessidades e interesses da classe trabalhadora.

O assistente social deve agir de forma consciente, visando à busca pelos direitos de cidadania e dignidade e, acima de tudo, respeitando esses indivíduos com os quais vai interagir, conforme o código de ética da profissão.

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (BRASIL, 1993, Princípios Fundamentais).

Como abordado anteriormente, apesar dos profissionais de serviço social da Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano atuarem de acordo com o projeto ético-político, seu trabalho esbarra na precariedade dos serviços. Neste contexto, tem-se também a falta de articulação com as políticas sociais:

Outro ponto a ser ressaltado é a importância da inclusão desta Política na perspectiva de políticas públicas que concretizem direitos conquistados historicamente pelo protagonismo da população-alvo e de seus aliados, combatendo injustiças sociais praticadas contra setores pauperizados e estigmatizados da população. Trata-se, portanto, do estabelecimento e da manutenção da inclusão

social, que requerem do Estado a provisão de um padrão mínimo de bem-estar, e da garantia perene destes direitos sociais (BRASIL, 2008b, p. 6).

Desta forma, devido à falta de estrutura, de articulação e da ineficiência dos serviços da rede de proteção social, os profissionais não conseguem trabalhar a permanência do usuário na instituição e ficam engessados em relação aos serviços burocratizados. Esta perda e/ou falta de acesso aos serviços passa a ser um dos elementos centrais que resultam na reincidência dos usuários às ruas e a manutenção dos sujeitos nessa condição.

3.2.2 Algumas considerações acerca da experiência de estágio

Considerando que vivemos em uma sociedade desigual, marcada por contradições e que também expressam preconceito e estigmas, acredita-se que os espaços institucionais, também são expressão destas condições. Estes, portanto, trazem as marcas do preconceito e estigma societários e particularizados em suas rotinas.

O que mais despertou curiosidade em termos de pesquisa foi a relação entre os profissionais internos (equipe técnica), da casa de acolhimento ao morador de rua, e externos (profissionais da saúde, educação, etc.) e os usuários do serviço. No período de estágio, pode-se observar que esta relação por vezes é marcada por preconceitos, tanto nos atendimentos, quanto no acesso aos seus direitos.

A atuação profissional tanto do assistente social como profissionais da equipe técnica que atende este segmento populacional sempre esteve marcada pelo contato e autonomia para com os serviços prestados à PSR. Uma vez que, inserida na instituição e auxiliando nos diversos serviços internos (atendimentos, entrevistas sociais, conversas, etc.) e externos (relacionados à saúde, como consultas, curativos e etc. e, educação, como estudos, matrículas e etc.), analisamos que, muitas vezes, os usuários foram vistos de forma conflituosa, ora estigmatizados e tratados como “sujos, loucos, perigosos, preguiçosos” e ora sendo cuidados/dando atenção/socializando/zelandando.

Desta forma, nota-se que até mesmo as políticas sociais que tem como base princípios e diretrizes universalizantes têm sido implementadas de forma restrita. As “exigências formais” de acesso aos serviços e programas que dão corpo as políticas sociais, por exemplo, geralmente acabam por colocar limites de acesso à PSR. Uma das “exigências formais” é a apresentação de documentos como: identificação pessoal, comprovante de residência, entre outros. Porém, são poucas as pessoas em situação e rua que tem tais documentos, pois a

inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento é a característica central dessa população.

Esses impedimentos burocráticos de acesso aos serviços e políticas sociais pela PSR são resultado da falta de articulação entre as políticas sociais, as metodologias inadequadas dos programas, a falta de capacitação dos servidores para lidarem com a PSR, além do preconceito social que estigmatiza essas pessoas, dificultando o acesso aos direitos sociais.

Esta pesquisa não tem a pretensão de tratar dos profissionais especificamente, mas de explicitar as formas de preconceito e estigma sofridos pela PSR, tanto internamente, quanto externamente, no acesso aos seus direitos.

Deveria haver mais espaços de escuta, de valorização e de proximidade dos profissionais que trabalham nas instituições com os usuários. Como dito anteriormente, a falta de capacitação e de preparo de alguns funcionários que estão à frente dos serviços dificulta a reinserção social e a autonomia dessa população.

Em relação ao preconceito, o Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua nos dias 01 e 02 de setembro de 2005, traz algumas falas da PSR presentes no evento que reafirmam essa análise:

Vagabundos, drogados, bêbados e loucos, essa é a visão da sociedade e até de muitos técnicos em relação à população de rua. (...) fui levar um colega no médico. Chegando lá o médico disse: 'aqui não é lugar pra morador de rua, morador de rua tem que ir pra pronto-socorro!' Só o fato de você ser morador de rua, o cara já te olha diferente, mas na área de saúde é que somos discriminados. Inclusive até um amigo nosso faleceu e eu acho que foi por incompetência médica. Um morador de rua caiu e bateu a frente, teve um traumatismo craniano, e aí foi para o hospital. Eu estava na praça quando aconteceu o acidente, quando ele caiu, e até fui eu que chamei o resgate... porque a gente chama o SAMU e não vem, as ambulâncias do SAMU não vem, sabendo que é morador de rua ele não vem. Isso é discriminação! Aí veio o resgate, o bombeiro colocou até aquele colar cervical e levou ele para o pronto-socorro (...) ele teve alta, mas a mãe dele nos falou que estava colocando sangue pelo nariz, pela boca. Quando o paciente tem alta do leito, ele para de receber medicação, e aí ele faleceu (BRASIL, 2008a, p. 65).

Nota-se que estas discriminações, a pressão social, o controle e moralismo têm sido um dos principais fatores da reincidência. Pode perceber, durante minha experiência na casa de acolhimento, as dificuldades encontradas pelos indivíduos em situação de rua para se inserir no mercado de trabalho. Percebe-se que a vulnerabilidade social se agrava quando os usuários vão em busca de um trabalho formal. A contradição existente entre a importância do trabalho e a dificuldade em acessá-lo são expressas nas entrevistas do estudo realizado pelo MDS, que ressalta o preconceito em relação à PSR. Contribuindo com esta discussão, Farias (2007) realizou uma pesquisa de mestrado para avaliar as possibilidades de inserção produtiva

de pessoas em situação de rua. A pesquisadora recebeu as seguintes respostas das agências de emprego em Porto Alegre, as quais demonstraram o preconceito e a estigmatização que a PSR sofre na busca para uma vaga no mercado formal:

[...] e eles trabalham?
 Como posso referenciar uma pessoa sem domicílio?
 Até poderia trabalhar como doméstica, mas sem endereço [...] e a aparência deles não é boa, melhor não perder o tempo deles nem o meu [...] (FARIAS, 2007).

Nessa perspectiva, Rosa (2005) traz a sistematização das histórias de vida da PSR e registra diversos depoimentos acerca do tema que revelam a dor e a indignação dos entrevistados em relação ao preconceito e o estigma que sofrem. Sobre isso, a autora afirma:

Um problema frequentemente enfrentado pelos entrevistados é a humilhação que sofrem quando confundidos com maloqueiro, mendigos, vagabundos, ou seja, com os que já se entregaram, desistiram de lutar e de trabalhar. Diante disso, a força dos preconceitos e estigmas em relação à população de rua, atua como reforço dessa identidade negativa (ROSA, 2005, p. 122).

Além do preconceito enfrentado pela PSR na busca de trabalho e no acesso às políticas públicas, também há o preconceito em relação à estética. Acompanhamos alguns usuários em situações rotineiras como inscrições para cursos e consultas médicas, durante os quais houve momentos em que eles sofriam preconceito devido a sua vestimenta. O atendimento, na maioria das vezes, não era realizado de forma ética, segundo a perspectiva dos direitos sociais.

Indaga-se por que o usuário procura a casa de acolhimento e não o CENTRO POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua). Porém, muitas vezes, ele procura o serviço de acolhimento em busca de emancipação. Acredita-se também que, ao procurar o acolhimento, ele busca a reinserção social, e não apenas um prato de comida ou um banho. Uma boa parte deles, quando acolhidos, mantém-se em abstinência do uso de drogas. Isso nos leva a compreender que esse “estar nas ruas” também é determinado por fatores de preconceito social.

Nesse sentido, entende-se que o papel de uma equipe técnica especializada na Casa de Acolhimento é fundamental para atender as necessidades do usuário quando em abstinência do vício, como por exemplo, em dinâmicas em grupo realizadas sobre orientação profissional. É imprescindível que haja, por parte da equipe técnica, uma escuta qualificada para a formação de vínculos. Pois, além da interdisciplinaridade e intersetorialidade, tem que haver integralidade no atendimento.

A partir do exposto, observa-se que as pessoas em situação de rua acabam buscando trabalhos informais pois, quando precisam entregar currículos ou fazer entrevistas, prontamente lhes é negado o direito ao trabalho por questão de preconceito, e é nos serviços informais que eles encontram um lugar de reconhecimento enquanto ser social.

Observa-se, também, a presença da lógica da higienização, que visa excluir ainda mais os usuários da sociedade. A lógica de higienização do espaço urbano ainda é muito forte, principalmente nos grandes centros, que trabalham para a “limpeza das ruas”, para manter a “aparência e tranquilidade” dos bairros e “valorizar” os imóveis, deixando sempre em segundo plano os direitos da PSR.

[...] a existência de pessoas em situação de rua, traz na própria denominação ‘rua’ a marca do estigma e da exclusão a que são submetidas. Sua presença incomoda e desconcerta quem busca ver nas ruas a mesma tranquilidade asséptica de conjuntos habitacionais com circulação restrita de pessoas (BRASIL, 2008b, p. 3).

Essa exclusão social também está relacionada com a situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva. Desse modo, as pessoas em situação de rua são vítimas desses processos sociais, políticos e econômicos excludentes.

Além disso, deveria haver alternativas e propostas oferecidas pelo município de São José, para resolução de situação de rua dos sujeitos, no intuito de preparar o usuário para alguns encaminhamentos. Nota-se que na casa de acolhimento, não é feita uma preparação para o desligamento, para a inserção no mercado de trabalho e nem uma construção de projeto de vida. Muitas vezes, as regras da instituição perpassam os limites que o sujeito vivência, no sentido de não buscar compreender o motivo que o levou a recaída. E após o desligamento, que alternativas esse sujeito terá? É preciso elaborar estratégias que contemplem as particularidades desses sujeitos para possibilitar a superação dos processos de realização, evitando abordagens fragmentadas e estigmatizadoras, a partir da criação de serviços específicos com corpo profissional diferenciado e capacitado (PRATES, J. C.; PRATES F. C.; MACHADO S., 2011).

Nesse contexto, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008) destaca como princípios: a dignidade da pessoa humana, a garantia da cidadania e direitos humanos, o direito ao usufruto da cidade, a não discriminação e a supressão de qualquer ato violento ou vexatório, de estigmas e preconceitos – o que pressupõe a capacitação do conjunto de trabalhadores que atuam com a PSR, para melhor compreensão dos múltiplos fatores que contribuem para a volta as ruas.

Destaca-se, ainda que a vulnerabilidade mental dessa população, exige a priorização de atendimentos nessa área destinadas a PSR, especialmente no que se refere ao tratamento da dependência química. As alternativas de capacitação profissional, o direcionamento a outros serviços da rede e a geração de trabalho e renda direcionadas a PSR precisam ser efetivadas para que contemplem a inclusão dessa população. É fundamental o investimento em processos preventivos no município, e a articulação com outros serviços como CAPS AD, para evitar que a população retorne as ruas.

Por fim, ressalta-se a articulação entre estado e sociedade para a superação de estigmas e preconceito, a partir de realizações de debates, socialização de pesquisas e capacitação, para que a PSR tenha mais visibilidade enquanto sujeitos de direito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha por este tema “população em situação de rua” surgiu durante a realização de Estágio Obrigatório I e II, na Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano. Durante esta inserção, teve-se a oportunidade de acompanhar atendimentos a pessoas em situação de rua realizados pela assistente social e pela equipe técnica da Casa de Acolhimento.

A aproximação com a PSR despertou o interesse pela pesquisa sobre o tema, com os objetivos de compreender a complexidade do fenômeno, auxiliar no combate de concepções e preconceitos calcados no senso comum e, principalmente, compreender de que forma este preconceito e estigma atingem esta população, especificamente no município de São José. O intuito de elucidar como se dá o preconceito e o estigma sofrido pela PSR surgiu em decorrência das dificuldades encontradas pelos profissionais de serviço social no enfrentamento dessa questão.

A partir do levantamento bibliográfico abordado nas obras de alguns dos principais autores – (SILVA, 2006), (BRASIL, 2008b), (PRATES, J.C.; PRATES F. C.; MACHADO S., 2011), (FARIAS, 2007), (ROSA, 2005), (HELLER, 1989) entre outros, que tratam desta temática, foi realizado um resgate histórico do fenômeno PSR, no qual concluiu-se que este é resultado da sociedade capitalista. O excedente de trabalhadores desempregados fez surgir o chamado exército industrial de reserva e possibilitou que o capitalismo se desenvolvesse através da exploração da mão de obra destes que, destituídos da possibilidade de subsistência por não terem opções de trabalho e renda, passam a compor uma população que faz das ruas seu local de moradia e sobrevivência.

Não se pode esquecer que a produção e reprodução deste fenômeno alimentam a acumulação do capital. Dessa forma, o Estado capitalista atende aos seus interesses, através da manutenção do exército industrial de reserva nos limites que interessam a acumulação do capital.

Tal relação permite compreender que o fenômeno PSR possui múltiplas determinações resultantes da forma de organização da sociedade capitalista, que submete os indivíduos a condições precárias de sobrevivência. Diante do levantamento bibliográfico realizado, foram identificados aspectos levantados pelos autores pesquisados que condizem com as características das pessoas em situação de rua atendidas no campo de estágio. Uma delas é a

determinação da PSR como uma expressão radical da questão social e, também, a não inserção no mercado de trabalho local que leva estes sujeitos a habitarem nas ruas.

Neste contexto, cabe ressaltar que, nos acompanhamentos aos atendimentos, cada pessoa em situação de rua atendida trouxe em seus relatos histórias marcantes, permeadas pelas contradições, desigualdades sociais e preconceitos, características da forma como se estrutura a sociedade capitalista. Tais questões levaram a refletir acerca da importância das informações e ampliação de conhecimentos sobre este grupo populacional, visto que, no Serviço Social, este ainda é um assunto pouco discutido. Pode-se concluir também que, mesmo a assistência social se constituindo como a política social que mais oferece serviços destinados a este segmento populacional, existem ainda muitos entraves ao acesso destes.

Um dos principais entraves que identificamos em nossa experiência, são os preconceitos e estigmas que atingem PSR, que desqualifica o sujeito e o culpabiliza, ocasionando a vulnerabilidade e excluindo-o da sociedade.

O presente estudo permitiu compreender, que a PSR vem historicamente sofrendo preconceito e estigma por parte da sociedade, e que a própria situação de rua já se revela como uma expressão de exclusão social.

No tocante aos serviços prestados pela Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano, perceberam-se dificuldades na realização de encaminhamentos dos usuários atendidos. Estas dificuldades, discutidas ao longo desta monografia, ocorrem tanto pelo fato de que as pessoas encontram-se nesta situação por motivos variados, exigindo encaminhamentos diversos e dependendo também da vontade destes usuários, quanto pela ausência de uma rede de proteção social voltada à PSR, além da desarticulação da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua e da própria Política de Assistência Social.

Os limites encontrados pela equipe do Serviço Social da casa de acolhimento no encaminhamento de pessoas em situação de rua perpassam, por exemplo, questões de não adesão destes aos tratamentos para dependência química. Ou seja, apesar de encaminhados aos tratamentos em comunidades terapêuticas, estes tendem a não aderir, voltando à situação de rua e ao uso de álcool e outras drogas. Tal tendência é perpassada por uma série de fatores vinculados à história de vida de cada indivíduo, e pode estar associada, por exemplo, à ausência de apoio de amigos e familiares devido ao rompimento e/ou fragilização de vínculos. Relaciona-se também, por vezes, à não concordância do indivíduo com relação à forma de tratamento que lhes é oferecida, pois as comunidades terapêuticas costumam ser ligadas a princípios religiosos e possuem regras rígidas de permanência.

A ausência de aderência aos tratamentos de saúde pelos usuários atendidos mostrou-se também como uma das dificuldades de encaminhamentos a estes usuários, tendo em vista que grande parte das pessoas atendidas durante o período de estágio são portadoras do vírus HIV e da Tuberculose e não realizam tratamentos de saúde regulares. Esta discordância aos tratamentos fragiliza a saúde destes usuários, deixando-os debilitados fisicamente e impedindo que se façam encaminhamentos às comunidades terapêuticas que não aceitam indivíduos nestas condições.

Há a necessidade de integração entre as políticas sociais para o enfrentamento da reincidência dessa população, destacando a importância de se garantir a esse segmento o acesso às políticas sociais.

A intenção deste trabalho consistiu-se em problematizar este tema e refletir acerca de alguns aspectos que perpassam tanto os atendimentos realizados pelo Serviço Social à PSR na Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua – Bom Samaritano, quanto à rede de proteção social voltada ao segmento no município de São José. Estas observações levam a concluir que é preciso que o Serviço Social discuta e se capacite para que possa oferecer cada vez mais visibilidade e garantia dos direitos à população em situação de rua, rompendo com o conservadorismo e o preconceito.

Objetivando resgatar a questão central deste trabalho, inicialmente proposta, perguntamo-nos: “De que forma o preconceito e o estigma da sociedade atingem a população em situação de rua?”. A partir do que foi exposto, podemos dizer que atinge através do esquecimento. Em geral, esta população é esquecida devido a uma percepção preconceituosa desenvolvida e internalizada ao longo da história, repercutindo de forma estigmatizadora na organização e funcionamento dos serviços sociais e por parte da população em geral, que, ainda nos dias de hoje, tem fortemente impregnado o preconceito.

Observou-se no decorrer deste trabalho que a PSR, em sua maioria, é estigmatizada e rotulada como “vagabundos”, “vadios”, etc., e as pessoas acabam fechando os olhos para este público, restringindo as oportunidades para reinserção no mercado de trabalho. O Estado, operacionalizado pelas instituições, revela-se ineficiente em uma série de quesitos, entre eles a manutenção e emancipação de condições dignas de vida para a PSR. Subsidiando o preconceito, a sociedade contribui ainda mais para a vulnerabilidade e estigmatização à qual a PSR já é submetida.

Espera-se, com este trabalho, poder ter contribuído para a desconstrução estigmatizadora da PSR, despertando interesse da sociedade em relação a este público, buscando combater, de alguma forma, o preconceito e a exclusão social, incentivando e dando

subsídios a estudantes, profissionais e demais interessados em discutir e problematizar este assunto tão importante e necessário.

Portanto, entende-se que é indispensável a busca pela superação de estigmas e preconceitos a partir de iniciativas como a inclusão do debate sobre desigualdade e o amplo conhecimento da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua. Torna-se imprescindível a compreensão da inter-relação do Estado e sociedade no enfrentamento do preconceito e do estigma, para que as pessoas em situação de rua possam ser reconhecidas como sujeitos de direito.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Marselha Silvério de. **Direito, Estado e sociedade sob a óptica de Karl Marx**. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2551, 26 jun. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/15111>>. Acesso em: 20 set. 2014.

BACILA, Carlos Roberto. **Estigmas - um estudo sobre os preconceitos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

BESSA, Décio. **Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social**. 347 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL. **Código de ética Profissional do Serviço Social** - Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Dispõe sobre a profissão Serviço Social.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 56/2007, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 464 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Relatório Final. **Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua**. Volume II – Resultados. Brasília, mar. 2008c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008b. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Controle da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: Relatório**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/livros/relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua>> Acesso em: 14 de ago. 2014.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, 2006.

_____. **Norma Operacional Básica DO Sistema único de Assistência Social**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, 2006.

_____. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2008a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2014.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília, 2004.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.

FARIAS, V. C. C. de. **Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua no município de Porto Alegre.** 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FRAGA, Patrícia. **“A Rua de Todos”: Um Estudo acerca do Fenômeno População em Situação de Rua e os Limites e Possibilidades da Rede de Proteção no Município de Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada,** 1980. Brasil, Zahar Editores. estigma (sociologia). In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014..

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, ‘questão social’ e seu enfrentamento.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 270-287, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

PRATES, J. C.; PRATES F. C.; MACHADO S. **Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento.** Revista Temporáris, n. 22. Porto Alegre: ABEPSS, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina: Estruturas de poder e forças insurgentes.** Petrópolis: Vozes Ltda, 1978. 263 p.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua.** São Paulo: Hucitec, Associação Rede Rua, 2005. 279 p. ISBN 85-271-0668-X.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

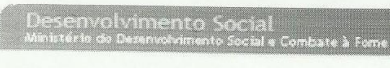

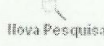
VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

WACQUANT, Loic. **A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo.** In: SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs). Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e nova questão social. São Paulo: Boitempo. 2003, p. 72-88.




WIKIPEDIA. **Estigma Social**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estigma_social>
Acesso em: 20 de outubro de 2014

APENDICE A – Documento de cadastramento da Casa Bom Samaritano junto ao MDS

07/11/2014 Unidade de Acolhimento | CadSuas






Rede Socioassistencial | **Órgãos Governamentais** | Pessoa Física

 Trocar Senha |
  Ajuda |
  Sair

Unidade de Acolhimento

Identificação | Endereço | Recursos Humanos

| | |
|--|--|
| * Nº Identificador: | 4216603303843 |
| * Natureza: | <input checked="" type="radio"/> Governamental <input type="radio"/> Não Governamental |
| * Esfera: | Municipal ▼ |
| * Nome: | Unidade de Acolhimento Social Bom Samaritano |
| * Data da Implantação: | 01/06/2011  |
| * Público Atendido: | Adultos e famílias em situação de rua e/ou migrantes ▼ |
| * Capacidade de Atendimento (número de vagas): | 35 |
| Situação: | Ativo |

Data da última atualização do cadastro: **17/09/2014**

Versão 2.6.8_RC02 © 2008 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

<http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/editUnidadeAcolhimento.html?codigo=363952>
1/1

APÊNDICE B – Projeto de Intervenção realizado na Casa de Acolhimento Social a Morador de Rua Bom Samaritano



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II

Intervenção na Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano

- População em situação de rua: descobrindo as demandas

ANÁLISE DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

1) IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Acadêmico(a): Thayse Machado

Turma: 08339 – Matricula: 11102254

Nome do professor: Keli Regina Dal Prá

Instituição campo de estágio: Secretaria de Assistência Social – Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano

Endereço: Avenida Acioni Souza Filho, n. 403 – Beira Mar - São José

Nome do(a) Supervisor(a) de Campo, Nº CRESS: Fernanda da Silva Zulian Legal, CRESS 12/3440

2) DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES GERAIS DE ESTÁGIO E DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O presente projeto de intervenção foi desenvolvido junto aos residentes da Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano, no município de São José, Santa Catarina. Atualmente a casa conta com 24 residentes homens e 2 mulheres, que se encontravam em situação de rua.

Este projeto foi realizado tanto para a população acolhida na Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano que muitas vezes têm demandas específicas, quanto para o serviço, pois auxiliará com sugestões para melhoria do mesmo.

Portanto, o projeto de intervenção proposto teve como objetivo geral: “Analisar os serviços oferecidos pela Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano e mapear as demandas sociais dos moradores da Casa, a fim de aprimorar os serviços ofertados. E teve como objetivos específicos: identificar o perfil dos usuários atendidos na Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano; apreender as questões relacionadas aos direitos, bem como, o papel da instituição na promoção de integrá-los a sociedade e sua evolução dentro da instituição; Identificar junto aos moradores quais são as necessidades que eles encontram na Casa de Acolhimento Social do município de São José bem como indicar sugestões de mudanças nos serviços da Casa.

Como dito, o ambiente escolhido trata-se de um serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua que visa prioritariamente, proteger os usuários, acolhendo-os e preservando sua liberdade, autonomia e independência para sua vida cotidiana, promovendo também o acesso à rede de políticas públicas.

A Assistência Social como Política Pública, busca garantir em uma de suas seguranças, a autonomia, não só a partir da inclusão, mas sim, acolhendo estas pessoas e oferecendo-lhes atendimento digno, como caminho para o reconhecimento enquanto sujeito de direito, rompendo com a lógica inicial dos acolhimentos ao longo da história. (PNAS, 2004).

O primeiro serviço de acolhimento para população em situação de rua surgiu em 1551, com a finalidade de acolher crianças índias e negras que foram separados de seus pais. Instituição de caráter religioso e conservador.

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical

da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas* e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo. (SILVA, 2006, pg. 95)

A Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano, é um serviço municipal e direito dos usuários, preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir a proteção integral. Atende pessoas em situação de rua, os usuários são encaminhadas até a casa através do Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua que é uma unidade pública de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS. Em geral esta população procura o Centro POP ou são informadas através do serviço de abordagem de rua que também é um serviço do Centro POP. Mas, a outra forma de ser encaminhada é procurando atendimento na própria Secretaria de Assistência, no setor de alta complexidade.

Dentro desse contexto, as ações desenvolvidas na Casa de Acolhimento Social Bom Samaritano, visam a garantia de direitos no que diz respeito às situações apresentadas no cotidiano da vida e retorno a autonomia dentro da sociedade.

O principal trabalho desenvolvido na casa é o acolhimento, identificação das demandas e respectivos encaminhamentos. Dentre as atividades realizadas pela instituição as principais estão vinculadas ao ato de refazer a documentação dos residentes, como por exemplo: Certidão de Nascimento, Registro Geral, Cadastro de Pessoa Física, Carteira de Trabalho e Cartão Nacional do SUS. Trabalhamos também com o registro no Cadastro único do Governo Federal para concessão de benefícios, que no caso da Casa de Acolhimento o benefício que solicitamos é o programa de transferência de renda - Bolsa Família. Também é proporcionado passagem de volta para a sua cidade de origem, caso o residente não seja de São José e essa seja a sua vontade. A casa possibilita encaminhamento para Comunidades Terapêuticas com tratamento de álcool e outras drogas - através de encaminhamento da Secretaria de Assistência, bem como trabalha para recuperação de vínculos fragilizados ou rompidos, encaminhamento para o mercado de trabalho, encaminhamentos para cursos profissionalizantes através do PRONATEC e, também para supletivos e provas para conclusão de ensino médio e fundamental. Atualmente, começamos a reunir a documentação

para que o residente que tenha direito possa marcar perícia médica, com a Previdência Social, através do Benefício de Prestação Continuada - LOAS.

A instituição trabalha com dois benefícios posteriores a estadia do usuário na casa, como o benefício alimentação que é oferecido no primeiro mês em que o residente se desliga da casa e também o aluguel social caso ele precise sair da Casa de Acolhimento e ainda não consiga se manter sozinho (como é o caso de mulheres que engravidam).

A rotina e os encaminhamentos feitos na casa de acolhimento ocorrem de acordo com o surgimento de demandas.

Esse projeto de intervenção foi proposto pela disciplina de Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório II, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Os motivos que nos levaram a pensar/escolher esse projeto foram surgindo no cotidiano do estágio, levando em consideração que estamos atuando com o olhar crítico de futuras profissionais do Serviço Social.

Para tanto, partimos de uma hipótese que os serviços da casa não estão colaborando com a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho, realidade da casa de acolhimento social ao morador de rua Bom Samaritano, entidade governamental, atrelada ao Município de São José. Trata-se de uma instituição que deve atender de forma universal a população em situação de rua, no entanto tem limites territoriais e de capacidade instalada para atender, como por exemplo: número de banheiros insuficiente, área de lazer para os usuários, refeitórios mais ampliados e infraestrutura adequada para atender essa população.

Levando em consideração que a Instituição não tem por objetivo que o usuário volte para a situação de rua, percebemos que a mesma não consegue trabalhar a permanência do usuário no emprego, pois não possui suporte para trabalhar os fatores que acreditamos que são os que levam a reincidência: a dependência química e o preconceito sofrido por eles.

Este serviço compõe a Assistência Social e está Tipificado (2009) como serviço da Alta Complexidade do SUAS e se caracteriza como sendo:

Um serviço destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua é ofertado para aqueles que utilizam as ruas

como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Os atendimentos são feitos de forma individual e através da escuta qualificada, onde são identificadas as demandas de cada um e os encaminhamentos necessários, tais como: resgate dos vínculos familiares, refazer documentos, consultas médicas, orientações jurídicas através da defensoria pública, elaboração de currículos e demais encaminhamentos.

Além disso, assegura trabalho técnico para análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos que possam contribuir para a construção da autonomia, inserção social e em rede de proteção social.

No entanto, durante o primeiro semestre de estágio a reincidência na Casa de Acolhimento foi um fator que nos chamou atenção. Diante disso, pensamos em elaborar um projeto que pudesse identificar o perfil dos usuários para poder entender qual é o perfil do público atendido e o que seria possível fazer para melhorar o atendimento e aprimorar o cotidiano da Casa de Acolhimento. Logo, constatou-se quem são os usuários e sujeitos do serviço, e os motivos que os trouxeram até aqui. Após essa identificação, fizemos um levantamento das possíveis demandas dos acolhidos, para que auxiliem no processo de permanência na mesma. O projeto de intervenção foi executado para colaborar com a instituição e com os residentes, trazendo novas possibilidades de atendimento e atividades que os ampare.

Este, teve por objetivo abrir uma nova possibilidade de atendimento e de atividade diferenciada para os residentes da casa de acolhimento que necessitam de informações e orientações em algumas questões. Dessa forma, elaboramos um projeto de intervenção que trouxe questões relacionadas aos direitos desta população, bem como, o papel da instituição na promoção de integrá-los a sociedade, através de coleta de dados, coletas de documentos, entrevistas etc. Isto foi pensado, pois nota-se que esta população encontra-se no momento desprovida de atendimento público para suas necessidades e demandas, o que muitas vezes, os leva a reincidir.

Entende-se que este projeto não teve a intenção de solucionar os problemas desta população, tendo em vista que isto só ocorrera com a ampliação deste atendimento, porém, pretende-se fornecer a eles, informações e orientações que auxiliariam o entendimento dos seus direitos fornecendo um serviço de forma mais rápida.

2.1 Procedimentos Metodológicos

- Coleta de dados: análise de documentos da instituição (ficha de acolhimento; encaminhamentos; relatórios; etc.);
- Observação do cotidiano da instituição e no atendimento dos residentes;
- Atendimento individual para colher as demandas.

Esta atividade foi realizada de acordo primeiramente, como esta descrito acima, com um levantamento das demandas dos residentes, a partir da coleta de dados e através de entrevistas e conversas, de informações, análise de documentos e observação do cotidiano. Após estas informações coletadas nos arquivos, montamos um perfil do residente da Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano, que teve como base de dados os registros da entrevista social estruturada, que são:

- idade
- gênero
- naturalidade
- escolaridade
- religião
- se é usuário de drogas
- se sim, quanto tempo de uso
- reincidência

Logo, foi feito um atendimento individual com os acolhidos para levantar as suas demandas, através de entrevista semi estruturada que conteve como base de dados nas questões que elaboramos.

Este projeto foi realizado tanto para a população acolhida na Casa de acolhimento social ao morador de rua Bom Samaritano que muitas vezes têm demandas específicas, quanto para o serviço, pois auxiliará com sugestões para melhoria do mesmo.

AGOSTO/2014

Neste mês, nos reunimos duas vezes na semana, na casa de acolhimento, juntamente com as Supervisoras, para reelaborar e corrigir o Projeto de Intervenção. Após discutirmos o Projeto de Intervenção individual de ambas, pensamos que traria um melhor resultado para instituição e para os usuários, juntando os mesmos. Analisamos e reelaboramos de acordo com a perspectiva de cada uma, para que pudesse haver uma devolutiva.

SETEMBRO/2014

Para alcançarmos os objetivos previstos no cronograma de setembro, nos reunimos três vezes por semana, na casa de acolhimento social ao morador de rua Bom Samaritano, onde finalizamos nosso projeto de intervenção, corrigindo-o de acordo com as orientações da Professora Keli, e elaborando a entrevista semi-estruturada que futuramente aplicamos com os residentes da casa.

Iniciamos a coleta de dados, através dos registros da entrevista social (**anexo 1**) estruturada, onde montamos o perfil (**anexo 2**) do usuário da Casa de Acolhimento. Ao decorrer da busca por estes dados, fomos notando a quantidade grande de reincidentes na casa, e construindo o perfil dos mesmos.

Ao final do mês, iniciamos as entrevistas, com o objetivo de descobrir as demandas e necessidades dos usuários dessa Instituição. A entrevista seguiu um roteiro (**anexo 3**), para nos auxiliar. Fizemos aproximadamente três entrevistas por dia, com duração 1h em média, cada. Obteve-se um retorno, onde os usuários demonstraram interesse, respondendo de forma clara às perguntas.

OUTUBRO/2014

Neste mês, demos continuidade nas entrevistas, que transcorreram de forma exitosa. No início de cada entrevista, esclarecíamos acerca da mesma, informando ao usuário que o serviço é um direito dele e deve funcionar de forma integral e participativa, segundo a Tipificação (2009):

Um serviço destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia.

Ou seja, como já citado, um Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua é ofertado para aqueles que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), o serviço de acolhimento deve oferecer:

AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS: SEGURANÇA DE ACOLHIDA: Ser acolhido em condições de dignidade; Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto; Ter acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas; Ter acesso a ambiência acolhedora e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais.

Foram realizadas 25 entrevistas, quase a capacidade total. As entrevistas foram feitas na Instituição, na sala do serviço social, geralmente acompanhadas das supervisoras e do Psicólogo da Casa de acolhimento. Obtivemos um retorno por parte dos usuários, que nos esclareceram e responderam prontamente as perguntas. Levando em consideração que no decorrer das entrevistas os residentes abriam suas histórias de vida, e que neste momento, não teríamos motivos para transcorrê-la, nos limitamos a redigir somente o que era necessário para o projeto de intervenção. Porém, efetuamos as entrevistas sem desconsiderar a história de cada um e o contexto que os trouxeram até aqui, tentamos dar uma devolutiva para cada demanda que era exposta de forma com que o usuário se sentisse a vontade para continuar a atividade exercidas pelas estagiárias e supervisoras de campo.

Dentro da nossa proposta de intervenção, no que concerne às entrevistas semi estruturadas, obtivemos informações bastante parecidas nas primeiras questões, segue abaixo:

01) Já passou por outra casa de acolhimento?

Grande maioria respondeu que não havia passado, somente haviam sido acolhidos na Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano. Quatro, dos 25 usuários entrevistados relataram ter passado por outro albergue, com estrutura totalmente diferente. Todos compararam a Casa de forma positiva, abordando que nas outras instituições não havia o atendimento que tinham no Bom Samaritano.

02) Se sim, por quantos? Quais?

Dos quatro entrevistados que já haviam passado por outra casa de acolhimento, ficaram acolhidos em outras cidades.

03) Viu diferença de uma pra outra?

Como dito anteriormente, as diferenças foram explanadas, onde falaram da ausência de serviços como alimentação e atendimentos, nas outras instituições que estiveram acolhidos

04) Quantas vezes já passou por casas de acolhimento?

Dos quatro que já haviam passado por outros albergues, dois ficaram acolhidos em mais de uma.

05) Já passou por comunidade terapêutica?

Dos 25 entrevistados, 22 já haviam passado por comunidades terapêuticas.

06) O que você acha que pode melhorar na casa?

Alimentação, lazer, regras, estrutura, banheiros, atendimento psicológico.

07) Sente falta de algo específico?

Alguma atividade de lazer, que não os deixe ocioso nos 15 primeiros dias. Alcoólicos Anônimos (AA), Narcóticos Anônimos (NA), Cursos.

08) Que aptidões em relação ao trabalho o residente tem?

Grande maioria serventes, garçons, marceneiros, faxineira, ajudante de pedreiro, trabalho informais e ilegais.

09) Que empregos o residente tem?

Dos 25 entrevistados, 10 não estavam trabalhando, 8 tinham empregos informais, e 7 tinham empregos formais como auxiliar de cozinha, servente, construção civil.

10) É dependente químico?

Grande maioria não se considera dependente químico. Somente quatro se consideram dependentes de Substâncias psicoativas (SPA).

Após a análise das entrevistas, no dia 04 de dezembro, fizemos a devolutiva para a equipe técnica: Helena Marcia – Diretora da Alta Complexidade, Fernanda da Silva (Supervisora de Campo Thayse), Maria Emilia (Supervisora de campo Aline), Vagner (psicólogo), Aline (estagiária) e Thayse (estagiária).

Iniciamos explicando a proposta do nosso projeto e como ele ocorreu. Logo, abordamos acerca das entrevistas, onde colocamos nossa análise acerca das “falhas” do serviço, que foram constatadas nas entrevistas, e o que poderia ser melhorado na casa. Devido aos outros compromissos que os servidores tinham no dia, a reunião aconteceu de forma rápida e objetiva. Após explanarmos as questões analisadas no projeto, agradecemos a oportunidade e passamos a palavra para as supervisoras, que elogiaram a proposta e a iniciativa de implementar um projeto tão importante. Finalizaram suas falas concordando com a análise e agradecendo o convite para a reunião. A Diretora da Casa de Acolhimento Helena Marcia fez sua fala, abordando que acredita que o serviço funciona dentro do proposto e que existem falhas assim como em outras instituições, porém acha que a equipe é ótima. Também agradeceu a presença.

3) ANÁLISE DO PROCESSO:

Quando essa atividade foi proposta, me deparei com muitas dúvidas, sobre o que eu poderia fazer como intervenção e onde se materializaria. No início, não consegui encontrar qual seria a prioridade do serviço. Berenice Couto (2009), nos coloca essa dificuldade, em seu trabalho:

Um dos grandes desafios hoje colocados aos assistentes sociais consiste em formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido. Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida.

Após discutir com a colega e acadêmica Aline, mesmo com algumas contradições, conseguimos formular uma proposta que tivesse uma devolutiva que auxiliaria tanto o serviço, quanto o usuário.

Cabe aqui, citar novamente Berenice 2009 (Apud Yamamoto), que explicita que o Assistente Social deve ser criativo, competente, teórico e técnico:

Hoje, é fundamental estar preparado para as inúmeras demandas que surgem no cotidiano, tanto em quantidade como em qualidade e forma. É preciso manter os “olhos abertos”, pois o profissional que a contemporaneidade exige deve ser criativo e competente, teórica e tecnicamente, e comprometido com o projeto profissional (IAMAMOTO, 2001).

Indo de encontro com o que abordei acima, Paiva (2000) traz a importância do Assistente Social vislumbrar propostas que contribuam para soluções além da instituição:

Como trabalhador especializado, o assistente social deve apresentar propostas profissionais que vislumbrem soluções para além da requisição da instituição, cujas demandas são apresentadas na versão burocratizada e do senso comum, destituídas da tradução ético-política ou da interpretação teórico metodológica. Portanto, cabe ao assistente social a responsabilidade de imprimir na sua ação os saberes acumulados pela profissão, ao longo do processo de reelaboração das demandas a ele encaminhadas (PAIVA, 2000, p. 81).

A coleta de dados para a elaboração do perfil (**anexo 2**) foi realizada dentro do proposto. Os dados coletados confirmaram a questão da predominância do masculino. Ou seja, nota-se que o percentual de homens é muito maior que o de mulheres. Isso se dá em razão da opressão e violência sexual sofrida por elas. As mulheres são muito mais vulneráveis devido à relação de gênero e da violência física, simbólica e verbal. Além disso, ainda existe o papel conferido historicamente às mulheres de “dona de casa”, aquela que culturalmente tem o papel de reprodutora e cuidadora da prole, estando, portanto, submissa ao ambiente doméstico. Este atributo culturalmente desenvolvido, aliado aos atos de violência contra as mulheres, são apresentados por Silva (2006) como aspectos que as inibem de recorrerem a esta estratégia de sobrevivência, ou seja, de fazer das ruas espaço de moradia e sustento.

[...] à mulher foi reservado o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, o que implica relações de trabalho desiguais e muitas vezes opressão sexual, reproduzido na situação de rua, de forma acentuada, como revelam os estudos de Tiene (2004:19): A mulher moradora de rua é minoria, se compara à população masculina. Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre, limitada ao espaço físico e social da casa onde procria e por isso deve viver. Submissa no ambiente doméstico, tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua que é um espaço público. (SILVA, 2006 p. 115)

Também destacou-se a questão da maioria não se considerarem dependentes químicos, pois segundo eles, o fato de estarem acolhidos conclui que não são mais dependentes. O tempo de uso de substâncias psicoativas varia entre 3 ou 29 anos, porém grande percentual já usa há mais de 10 anos. Até porque, a casa só acolhe pessoas adultas acima de 18 anos. Sendo que, desde 2013, a casa acolheu pessoas de idades entre 20 e 54 anos. Grande parte não tem religião, mas crê em Deus.

Sobre a escolaridade, grande maioria não concluiu o ensino fundamental e são reincidentes. Boa parte dos acolhidos são de outros países/estados (Bahia, Porto Alegre, Mato Grosso do Sul, Argentina, Chapecó, Paraná, Criciúma). Alguns vem em busca de melhores oportunidades de vida, sem possibilidades e moradia regular, acabam buscando outro meio de subsistência.

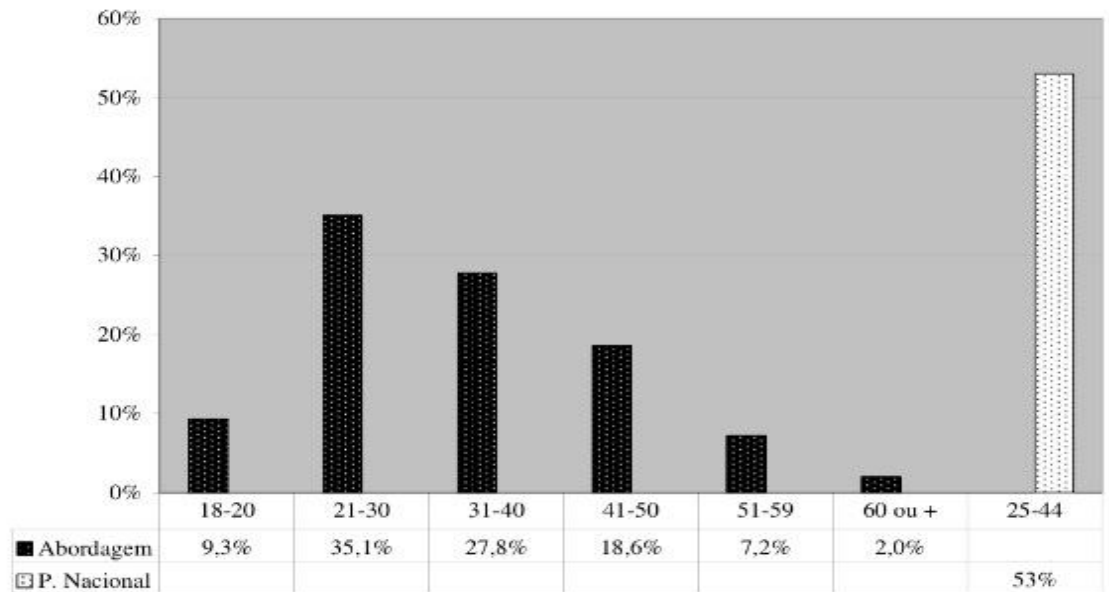
Isso se dá, devido ao fato de a população em situação de rua, ser um grupo populacional heterogêneo, com diversas características, marcadas por múltiplas histórias de vida, conforme explicita Borin (2003):

Os moradores de rua não constituem uma “população homogênea”. A multiplicidade de características pessoais, que esse segmento social apresenta, dificulta a utilização de uma definição unidimensional. A variedade de soluções dadas à sobrevivência e

formas de abrigo, o tempo de permanência na rua, a trajetória anterior à situação de rua, a herança cultural e social (os valores vividos anteriormente) o tempo e as formas de rompimento dos vínculos familiares/comunitários, os tipos de socialização que se consolidam na rua, a rotina espacial, o uso de substâncias químicas (álcool e/ou drogas) e o seu grau de comprometimento, as condições da auto estima, o sexo, a idade, a escolaridade e as formas de reintegração que almejam, são fatores que dificultam uma conceituação que não seja reducionista ou mesmo unifocal e nos conduz à idéia de uma tipologia dentro dos moradores de rua na cidade (BORIN, 2003, p. 44).

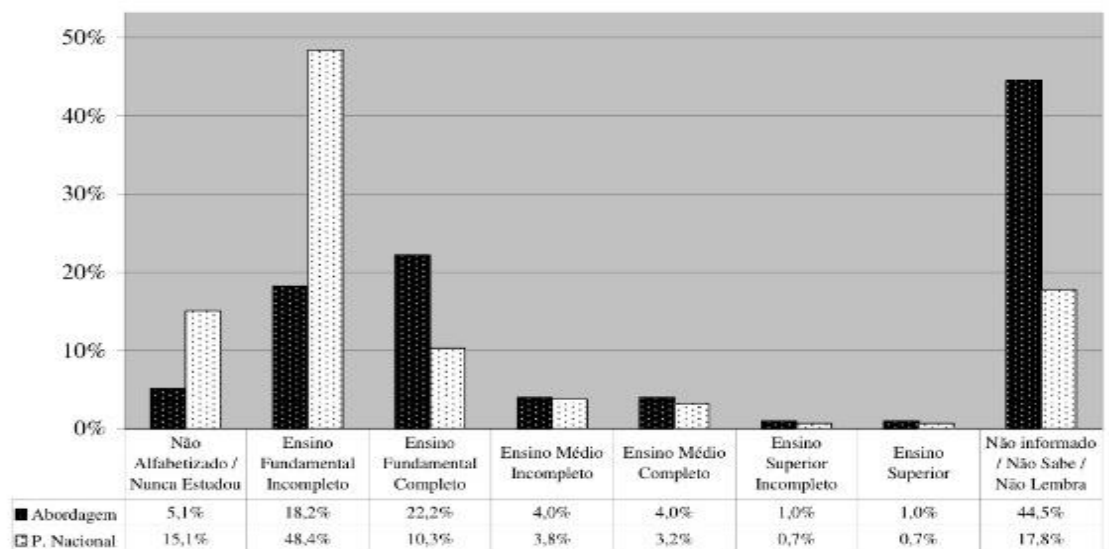
Ou seja, esses dados não são “isolados”, dentro várias pesquisas feitas, concluiu-se a predominância de dados em comum com os coletados nesse projeto. Tanto na questão do sexo, escolaridade e também, idade. Como apresentado a seguir, na pesquisa feita por Fraga (2011):

Gráfico 2 - População em situação de rua por idade



Fonte: Elaborado por Patrícia Fraga. Agosto 2011.

Gráfico 3 – Nível de escolaridade da população em situação de rua



Fonte: Elaborado por Patrícia Fraga. Agosto 2011.

Dentro da nossa proposta de intervenção, no que concerne às entrevistas semi estruturadas, uma das coisas que mais me chamaram atenção e fizeram refletir o quanto essa população necessita de atendimento da rede, foi a questão de fazer-lhes entender que o serviço, é um direito deles e sendo assim, necessita que este, aconteça de acordo com o que aborda a tipificação, o que muitas vezes não acontece. Quando lhes era indagado o que gostariam que melhorasse na casa de acolhimento, os mesmos se surpreendiam e, ao invés de

abordar suas demandas respondendo a pergunta, agradeciam por já estarem inseridos naquele serviço, pois “não estavam nas ruas”.

Após esclarecer que o serviço é um direito deles e que eles precisavam dizer o que lhes incomodava e o que gostariam que melhorasse, as respostas foram as mais variadas e explicitadas a seguir.

Os entrevistados expuseram a dificuldade de alguns residentes não seguirem as regras da Casa de Acolhimento, no uso de algumas substancias psicoativas. E isso dificulta a questão da abstinência.

Foram expostas também, questões relacionadas aos 15 dias de “confinamento” o qual os incomoda, pois interligado a isso, tem-se a ausência de lazer, o que os deixa ociosos e conseqüentemente dificulta a abstinência.

Teve reclamação na questão da alimentação, que deveria haver mais refeições e mais variadas.

Ou seja, conclui-se que apesar das demandas serem focalizadas, o resultado das entrevistas nos foi surpreendente, pois foram demandas emergenciais, diferente do que esperávamos. Desde as reclamações de usuários que não seguiam as regras, até a falta de lazer e alimentação necessária.

Ficou clara a importância da intervenção, para se pensar – juntamente com a equipe, em artifícios que auxiliem nessas demandas, mesmo que emergenciais.

A devolutiva ocorreu dentro do esperado. Acredita-se que mesmo com todas as demandas colhidas, não haverá transformações necessárias e solicitadas pelos usuários. Apesar de acreditarmos que deveria haver encaminhamentos para tais demandas, afinal o serviço esta Tipificado, e de direito dos usuários, devendo se cumprir o que é proposto pela Política de Assistência Social.

4) REFERÊNCIAS

BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e Rupturas Sociais na Metr pole: Os Moradores de Rua em São Paulo**. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, PUC-SP, 2003

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

_____. **Tipifica o Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolu o n  109, de 11 de novembro de 2009.

_____. **Política Nacional para a Popula o em Situa o de Rua**. Decreto n  7.053 de 2009.

COUTO, Berenice Rojas. **Formula o de projeto de trabalho profissional**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais – Brasília: CFESS/ABPESS, 2009

FRAGA, Patrícia. **“A Rua de Todos”**: Um Estudo acerca do Fenômeno Popula o em Situa o de Rua e os Limites e Possibilidades da Rede de Prote o no Município de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e forma o profissional**. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, B. A. **Reflexões sobre pesquisa e processos de formula o e gestão**. In: Capacita o em Serviço Social e política social. Módulo 4. Brasília: UnB, Centro de Educa o Aberta, Continuada a Distância, 2000.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno popula o em situa o de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Disserta o (mestrado) - Universidade de Brasília.

5) ANEXOS

5.1 Anexo 1

A coleta de dados foi feita a partir dos arquivos da casa, para montar o perfil do residente da casa de acolhimento social ao morador de rua, que teve como base de dados os registros da **entrevista social estruturada**, que são:

- idade
- gênero
- naturalidade
- escolaridade
- religião
- se é usuário de drogas
- se sim, quanto tempo de uso
- reincidência

A seguir, entrevista social estruturada utilizada para coleta de dados:

ENTREVISTA SOCIAL**NOME****Data da Entrevista:****Encaminhado (a) por:****Reincidente:** () Sim () Não**1 – Dados Pessoais:****Data de Nascimento:****Idade:** anos**Filiação - Pai:****Mãe:****Naturalidade:****Estado Civil:****Filhos:** () Sim () Não **Quantidade:** **Sexo:****Nomes:****Idade:****Documentos****RG:****Data de Expedição:****Órgão Expedidor:****CPF:****CN:****Título de Eleitor:** _____ **Seção:** _____ **Zona:**

Carteira**de****Reservista:**

Carteira de Trabalho: **Série:** **UF:**

PIS\PASEP: _____

Escolaridade:

Religião:

Telefone:

Procedência: _____ **Situação de Rua:** () Sim () Não

Ao longo da vida, quanto tempo esteve em situação de rua:

Em São José, quanto tempo ficou em situação de rua:

Porque veio para São José:

2 – Situação Profissional:

Trabalha: () Sim () Não

Profissão:

Último local em que trabalhou:

Local:

Função: _____

Porque saiu do Emprego: () Demitido () Pediu Demissão **Porque:** _____

3 – Vínculo Familiar:

Possui Vínculo Familiar: () Sim () Não

4 – Dependência Química:

Faz ou fez uso de substâncias químicas: () Sim () Não

Qual/Quais:

Quanto tempo de uso:

Quanto tempo não usa:

5 – Doenças:

Doença: () Sim () Não

Qual:

Mediação: _____

Tem interesse em Comunidade Terapêutica: () Sim () Não

Porque: _____ **Alergia:** () Sim () Não

Qual: _____

6 – Objetivo:

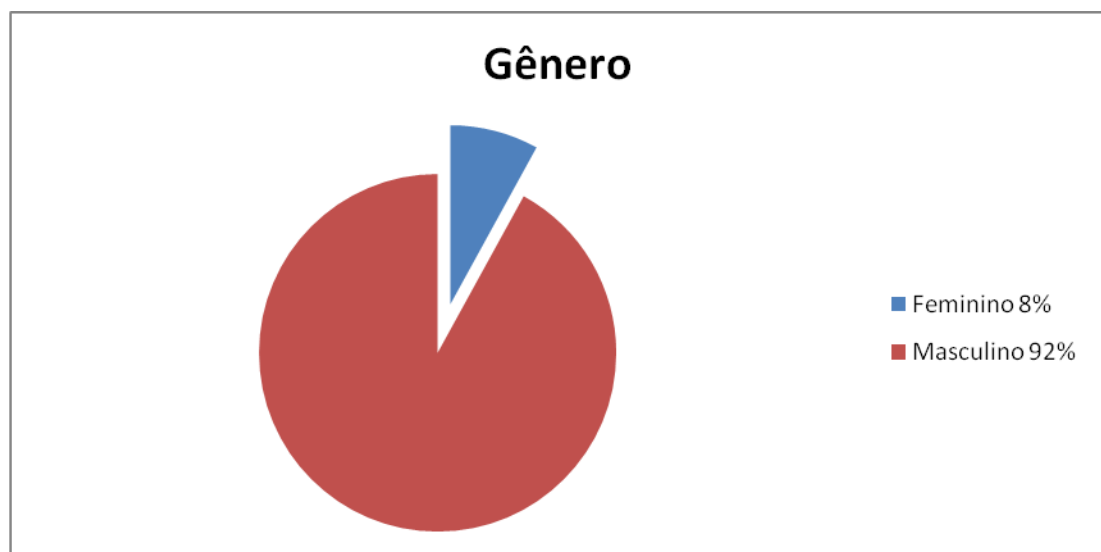
Qual seu objetivo vindo para a Casa de Acolhimento ao Morador de Rua:

7 _____ **História** _____ **de** _____ **Vida:**

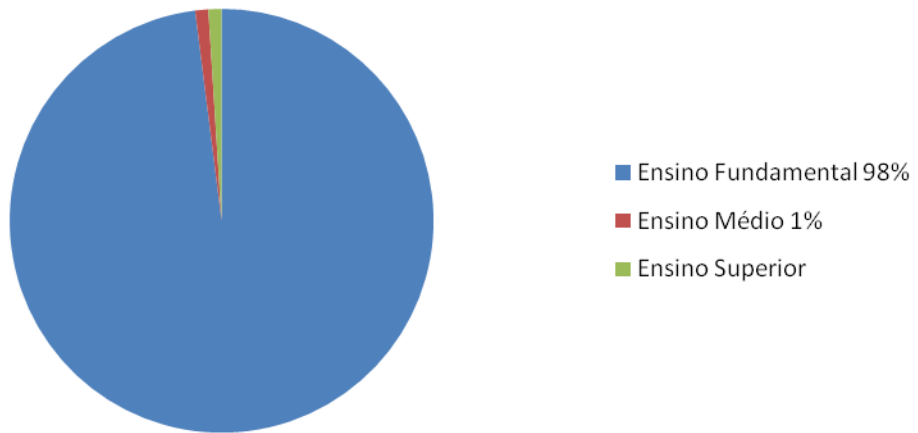
5.2 Anexo 2

Perfil do usuário da Casa de Acolhimento Social ao Morador de Rua Bom Samaritano:

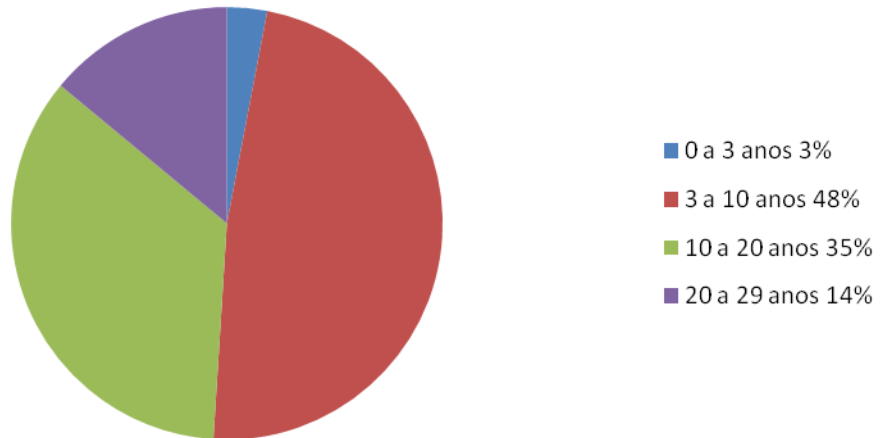
- 92% masculinos, de idades entre 20 e 54 anos.
- 8% femininos, de idades entre 27 e 40 anos.
- A maioria não se considera dependente químico.
- Não tem religião, mas crê em Deus.
- Escolaridade: 98% ensino fundamental incompleto. 2% ensino médio incompleto e/ou curso técnico.
- Tempo de uso de álcool e outras drogas entre 3 ou 29 anos. (Maioria com mais de 10 anos de uso)
- Grande maioria reincidente.
- Maioria vindos de outro país/estado (Bahia, Porto Alegre, Mato Grosso do Sul, Argentina, Chapecó, Paraná, Criciúma).



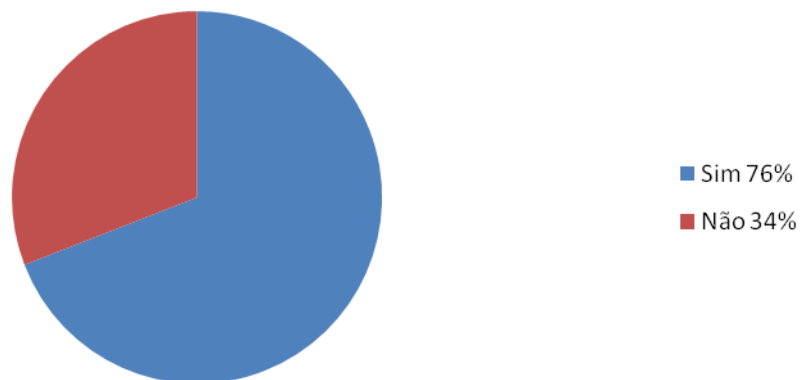
Ensino Superior



Tempo de uso de Substâncias Psicoativas



Reincidente



5.3 Anexo 3

A seguir, entrevista semi-estruturada, elaborada para identificar a demanda dos usuários e o perfil dos mesmos:

| | ENTREVISTA |
|----|---|
| 01 | Já passou por outra casa de acolhimento? |
| 02 | Se sim, por quantos? Quais? |
| 03 | Viu diferença de uma pra outra? |
| 04 | Quantas vezes já passou por casas de acolhimento? |
| 05 | Já passou por comunidade terapêutica? |
| 06 | O que você acha que pode melhorar na casa de acolhimento? |
| 07 | Sente falta de “algo” específico? |
| 08 | Que aptidões em relação do trabalho o residente tem? |
| 09 | Que empregos o residente já teve? |
| 10 | É dependente químico? |